6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2007 ÀS 10 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu peço que todos, por favor, tomem seus lugares—

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu peço, por favor, que todos tomem os seus lugares.

Havendo número Regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-estrutura a realizar-se em conjunto, que se destina a ouvir a Exma. Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sra. Dilma Rousseff, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, e o Exmo. Sr. Ministro do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, para discorrerem sobre as propostas do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento e a política econômica do governo, em atendimento, Sr. Senadores, a Requerimentos dos Exmo. Sr. Senadores Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura e Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

É, portanto, com grande satisfação que informo o Plenário das honrosas presenças da Ministra Dilma Rousseff, dos Ministros da Fazenda Guido Mantega e do Planejamento, Paulo Bernardo. Eu tenho certeza, Srs. Senadores, absolutamente certeza que esse debate será esclarecedor e que elevará muito os trabalhos do Senado Federal. Aliás, o Senado Federal, no que depender do seu Presidente, estará sempre, como sempre esteve, de portas abertas para discutir as ações necessárias para promover a aceleração do crescimento nacional. A nossa pauta com relação aos interesses do país está absolutamente em dia. Nós já votamos todas as matérias de interesse do país que estavam prontas para serem votadas e temos avançado bem numa agenda suprapartidária. Como exemplo, nunca é demais repetir, eu cito que, na semana que passou, nós aprovamos a PEC, do Senador Tasso Jereissati, definindo os princípios da atividade regulatória.

Estaremos também, Sr. Senadores, reunidos nos próximos dias com todos os Presidentes de Comissões Permanentes do Senado Federal para

definirmos, do ponto de vista do Senado, uma pauta de votações, uma agenda que, como eu disse, que esteja verdadeiramente alinhada com os reais interesses da sociedade organizada e voltada, sem dúvida nenhuma, para o desafio do crescimento de capacidades. É a pauta que o Senado apresentará ao Brasil, resultado do talento de todos os Srs. Senadores, de todas as senhoras Senadoras aqui presentes e independentemente de cor partidária.

Nós estamos instalando também, eu aproveito a oportunidade para dizer, sob a liderança do Senador Aloizio Mercadante, a Comissão de Avaliação do Sistema Tributário Nacional. Essa Comissão Constitucional, que agora estará sendo criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, acompanhará a administração tributária da União, dos Estados e Municípios indicando, propondo, colaborando com soluções para todos os gargalos que ainda oneram a produção no nosso país. Será, sem dúvida, um dos mais importantes fóruns da Federação. Essa presença da Ministra Dilma, do Ministro Mantega e do Ministro Paulo Bernardo numa Audiência Pública das Comissões de Assuntos Econômicos presidida, como disse, pelo Senador Aloizio Mercadante e de Serviços de Infra-estrutura presidida pelo Senador Marconi Perillo, evidencia a seriedade com que esse tema vem sendo tratado e será tratado aqui no Senado Federal. Eu parabenizo os dois Senadores pela iniciativa conjunta e todos os demais, nas pessoas dessas respectivas lideranças, por demonstrarem, Sr. Senadores, que a Casa sabe dialogar com todas as cores partidárias e regionais quando o assunto é o desenvolvimento do país.

Nesse diálogo entre os poderes, Ministra Dilma Rousseff, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo, sem dúvida nenhuma quem ganha é o Brasil. Eu peço licença à Ministra Dilma Rousseff, ao Ministro Guido Mantega e ao Ministro Paulo Bernardo para passar a Presidência dos nossos trabalhos inicialmente ao Presidente Aloizio Mercadante e, em seguida, ao Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Infra-estrutura.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós queríamos, portanto, dar início a essa Audiência Pública, que teve a presença sempre relevante do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, queria agradecer a ele, não só a presença nessa audiência conjunta, mas, sobretudo esse espaço no Plenário porque é, eu diria que é uma deferência com a Comissão de Estrutura presidida pelo nobre Senador Marconi Perillo, foi inclusive a primeira Comissão a aprovar o convite aos Ministros de Estado para a discussão do Programa de Aceleração do Crescimento. Uma Comissão que já vem aprofundando o debate sobre essa matéria. E a Comissão de Assuntos Econômicos que, de forma semelhante, tem um imenso interesse que esse debate possa ser aprofundado. Nós estamos fazendo, no Senado, para que todos os Senadores possam participar.

Quero, antecipadamente alertar que o nosso prazo para essa audiência é até às 14 horas, porque às 14 horas teremos uma Sessão Especial no Plenário do Senado. Portanto, nós temos aí duas horas e meia para a realização dessa audiência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Três e meia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Três horas e meia para a audiência. A nossa proposta é que duas horas e meia para o debate. Assim, nós teríamos até uma hora para a exposição dos três ministros de Estado, com uma divisão do tempo de trabalho e de 20 minutos para a exposição de cada um deles. Queria também dizer que na Sessão Conjunta nós vamos compartilhar aqui a Presidência, eu apenas inicio esse trabalho porque, apesar do Marconi ser o mais velho, ele cedeu o espaço para mim, como diz o art. 113 do Regimento Interno, é a idade que prevalece.

Então, nós gostaríamos de iniciar com a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil e o Ministro Guido Mantega, da Fazenda e o Ministro Paulo Bernardo, de Planejamento, Orçamento e Gestão. E dizendo que o desafio do crescimento, é um grande desafio da Nação, é o tema que mais mobiliza hoje o governo e tenho certeza de que essa discussão vai ser esclarecedora tanto no sentido de preparar o Senado para a discussão do PAC quanto para que os Senadores possam contribuir para o aperfeiçoamento desse conjunto de iniciativas que o governo apresenta.

Assim, nós vamos iniciar a exposição com o Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, que fará a primeira parte da exposição aos Sr. Senadores e às senhoras Senadoras. Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Bom dia a todos, quero cumprimentar o Senador Aloizio Mercadante, Presidente da CAE, Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, a todas as Senadoras e Senadores aqui presentes e todos os demais presentes nesta Sessão. Eu vou apresentar a parte macroeconômica do Programa de Aceleração do Crescimento. Queria esclarecer que o Programa de Aceleração do Crescimento, ele não esgota toda a política econômica e social que o governo do Presidente Lula está realizando. Na verdade, ele é uma complementação da política econômica e social já em curso e, inclusive, será complementado por outros programas como, por exemplo, o PAC Educação, que está em gestação. O objetivo deste programa é buscar taxas mais elevadas de crescimento econômico no país. O país já está crescendo a taxas superiores à média histórica dos últimos anos e nós queremos que haja uma aceleração desse crescimento. O principal instrumento a ser utilizado para acelerar o crescimento é o aumento do investimento e a remoção dos obstáculos que impedem que investimentos privados e públicos se realizem.

Eu vou, passando adiante, eu vou procurar mostrar qual é a lógica do PAC, quais são os principais instrumentos que serão utilizados pelo PAC. Naturalmente, não haveria possibilidade de acelerarmos o crescimento econômico se os fundamentos da economia brasileira não

estivessem sólidos. Até poderíamos acelerar o crescimento, mas seria de forma efêmera, não duradoura. E, pelas condições que nós conquistamos na atualidade, de fundamentos bastante sólidos, nós temos as condições de acelerar o crescimento, atingirem patamares mais elevados e mantê-los ao longo de um prazo maior. Então, hoje nós temos uma estabilidade monetária confortável, com uma inflação abaixo de 4%, que nos permite ter um horizonte de longo prazo. Nós temos um equilíbrio fiscal nas contas públicas, que continuará a ser mantido, também nos dá condições bastante sólidas e, fundamentalmente, nós temos hoje uma baixa vulnerabilidade externa, que é posta à prova periodicamente como, por exemplo, na turbulência que sofremos duas semanas atrás, onde o Brasil conseguiu passar por ela praticamente incólume. A moeda brasileira foi a que menos flutuou ao longo dessa turbulência que começou na Ásia, semana passada.

Portanto, temos hoje condições para enfrentar turbulência internacional sem que isto venha a abortar o processo de crescimento, como já aconteceu no passado. No passado qualquer turbulência, qualquer espirro que acontecia no exterior afetava a economia brasileira, o crescimento era abortado. Agora, não precisamos fazer isso. E é por isso, então, que podemos ousar em direção a um crescimento mais vigoroso. Adiante. Esse crescimento mais vigoroso, ele será impulsionado, sobretudo pelo aumento do investimento público e privado. Os Sr. puderam verificar que no resultado do PIB do ano passado nós tivemos um crescimento de 2.9 do PIB total, é um crescimento ainda modesto, insatisfatório, sem dúvida, mas a taxa de investimento da economia cresceu 6.7%. Portanto, a taxa de investimento já está crescendo. E se nós pegarmos o último trimestre do ano passado, nós vamos verificar que a taxa de crescimento do investimento, a chamada formação bruta de capital fixo, se aproxima dos 10%, que é um índice bastante satisfatório para impulsionar um crescimento sustentável.

Como fazer para estimular o investimento privado e o investimento público? Adiante. Primeiro lugar, o investimento privado se move a partir da demanda do mercado consumidor. É preciso que haja demanda do mercado externo para que nós continuemos aumentando as exportações brasileiras, isso está acontecendo. E, sobretudo, a demanda interna. A demanda interna é mais importante do que a demanda externa porque ela representa cerca de 80% de toda a nossa demanda. O que nós observamos é que há um robustecimento da demanda do mercado interno brasileiro, em função do aumento do emprego, da massa salarial, aumento do crédito. Com isso tudo, nós estamos aumentando este mercado interno que é um estímulo importante para o aumento dos investimentos.

Seguindo adiante, o governo tem procurado fazer política monetária creditícia e cambial de modo a consolidar a demanda interna e externa do país. Alguns problemas na área cambial, que depois poderemos mencionar, mas, de todo o modo, o mercado global para as empresas está aumentando. Passamos adiante. Além disso, os investimentos privados dependem de redução de custo. Uma vez em que o Brasil está

metido na globalização e, portanto, as empresas brasileiras competem com as empresas estrangeiras, seja em solo nacional, não é, com os produtos destas empresas, seja no exterior, é preciso que as empresas brasileiras tenham mais produtividade e redução de custos. Portanto, o governo tem posto em prática medidas no sentido de reduzir custo financeiro, o custo tributário e o custo de infra-estrutura.

Passamos adiante. Como fazer para reduzir esses custos? O governo tem procurado liberar crédito cada vez mais barato para os investimentos das empresas. A TJLP, do BNDES, já está no seu patamar histórico mais baixo, 6,5% mais o spread também baixo. Então, nós já temos condições bastante competitivas dos financiamentos para investimento. E não falta crédito no BNDES para as empresas que se habilitarem. Nós temos que reduzir o custo tributário, porque sabemos que a carga tributária cresceu muito no Brasil nos últimos anos. Então, ela tem que ser reduzida. Então, o governo vem fazendo movimento de redução do custo tributário e, nesse programa de aceleração de crescimento, estão medidas que vão nesta direção. Além disso, nós temos que aumentar a oferta de infra-estrutura e reduzir o seu custo. Caso contrário, será impossível continuar fazendo o movimento significativo nos portos, nas rodovias, nas ferrovias brasileiras, que são cada vez mais demandadas pelo movimento econômico e movimento de exportação e importação.

Então, nesse sentido nós temos, passa adiante, que tomar, que remover obstáculos que hoje dificultam investimentos principalmente na área de infra-estrutura; marco regulatório melhor, e estamos procurando fazê-lo; agilização das licenças ambientais, evidentemente, mantendo os princípios do equilíbrio ambiental, e outras reformas que vêm no sentido de melhorar o marco regulatório.

Passando adiante. Finalmente, um programa de longo prazo como este tem que ser sustentável, tem que ser fiscalmente sustentável, porque nós estamos propondo aqui é aumentar investimentos do governo em infra-estrutura, portanto, aumento de gastos do governo. Estamos propondo aqui a redução de tributos, não é? O que significa também uma diminuição da nossa arrecadação. É preciso que estas medidas sejam compatibilizadas com o equilíbrio fiscal, ou seja, nós temos que continuar fazendo o superávit primário, continuar diminuindo a relação Dívida/PIB, e isto está garantido com um programa fiscal de longo prazo que vai ser apresentado pelo ministro Paulo Bernardo.

Passamos adiante. As medidas do PAC foram organizadas em cinco blocos, dos quais eu vou me referir aos dois primeiros blocos: O estímulo ao crédito e ao financiamento e a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. A Ministra Dilma vai falar no investimento em infra-estrutura e gestão do PAC, que é a espinha dorsal deste programa. E o Ministro Paulo Bernardo falará da melhora do meio ambiente, da melhora do ambiente de investimentos e medidas fiscais de longo prazo. Vamos passar adiante. Pode passar adiante. Estímulo ao crédito e ao financiamento. É fundamental para que um país possa crescer a taxas mais elevadas que exista uma oferta de crédito compatível com as

necessidades de investimento e de consumo. E esse crédito tem que ser cada vez mais barato porque senão ele inviabiliza os negócios.

Passa adiante. Nós podemos ver ali a evolução do crédito no Brasil, do Sistema Financeiro Nacional. É apenas uma parte do volume de crédito. Podemos ver que de 2002 a 2007 há um crescimento expressivo, de 24% do PIB para mais de 34% do PIB. Portanto, mais de 60% de crescimento do crédito no Sistema Financeiro. Além disso, passamos adiante, o crédito mercantil também vem subindo de forma expressiva. Aquele crédito dado das empresas para outras empresas. E, desta maneira, somando crédito bancário com mercantil, já temos quase 50% de crédito para a economia. Além disso, passamos adiante, nós temos um mercado de capitais que está se tornando cada vez mais importante. Nós tínhamos um mercado de capitais que podíamos dizer que era medíocre, que tinha uma importância pequena na oferta de crédito, na capitalização das empresas e hoje já podemos falar, em 2006, que o mercado de capitais, ele deu conta de oferecer 125 bilhões de crédito para a economia. Além do crédito que eu mencionei, temos que adicionar este. Isto significa crédito barato para as empresas. As empresas fazem oferta de ações, lançamento de ações e são subscritas por investidores e, portanto, as empresas podem se expandir com esta modalidade de crédito.

Eu posso dizer aos senhores que já em 2007, janeiro e fevereiro, foram liberados 33 bilhões de reais de crédito nesta modalidade. Portanto, em 2007, deveremos chegar a 200 bilhões de reais de crédito do mercado de capitais brasileiro. Então, compondo os três elementos que eu mostrei, hoje a economia brasileira já tem um volume de crédito razoável, ainda não é totalmente satisfatório, razoável e as taxas de juros estão caindo.

Passamos adiante. Dentro da, do âmbito do PAC, tomamos algumas medidas para ampliar ainda mais o crédito, aumentamos o capital da Caixa Econômica Federal, o capital de referência, o patrimônio de referência, de modo que ela possa emprestar mais 05 bilhões para a área de habitação e saneamento. Nós aumentamos o limite de crédito de endividamento que pode ser tomado por Estados e Municípios de 07 bilhões. Normalmente, esse limite de endividamento de Estados e Municípios é de um bilhão. Portanto, aumentamos expressivamente a possibilidade de aprovar projetos de saneamento e habitação por parte dos Estados e Municípios. Além disso, tomamos medidas, criamos o Fundo de Investimento em Infra-estrutura, com recursos do fundo de garantia por tempo de serviço, em 05 bilhões, e eu posso dizer que a remuneração mínima deste fundo será garantida pela própria Caixa Econômica Federal. Vamos passar adiante. Eu tenho pouco tempo. Outras medidas foram tomadas, a redução das taxas de juros do BNDES e do spread.

Passamos adiante. Bom, do ponto de vista do sistema tributário, nós procuramos reduzir a carga tributária que incide sobre as empresas. Pode passar adiante. De modo que as medidas principais que foram tomadas são desoneração dos investimentos. Isto é fundamental porque beneficia o sistema econômico como um todo. Então, aqui são redução de... Aceleração para a obtenção dos créditos de PIS e Cofins quando uma

empresa vai ampliar as suas instalações, aumentar a sua planta de 25 anos para 24 meses. Portanto, é muito mais rápida a obtenção de crédito de PIS/Cofins. Nós estamos isento ando a cobrança de PIS/Cofins para os novos projetos na área de energia elétrica, para transportes e para saneamento básico. Então, qualquer empreendimento desta natureza não paga PIS e Cofins. Estamos desonerando o Fundo de investimentos em Infra-estrutura, que não vai pagar Imposto de Renda.

Seguimos adiante. Nós estamos incentivando áreas de nova tecnologia, que ainda não estão implantadas no Brasil. Portanto, a partir do padrão de TV digital, nós estamos isentando os insumos desta área de praticamente todos os tributos como estão ali. O mesmo estamos fazendo para o setor de semicondutores, a maioria dos tributos federais está sendo eliminada neste setor, de modo que se implantem fábricas para produzir semicondutores. Além disso, nós elevamos a isenção de microcomputadores de 2,5 para 04 mil reais, o que abrange um grande espectro, um amplo espectro de microcomputadores, de modo a estimular a produção nacional. Porque esse é um produto que normalmente era contrabandeado. Ao fazermos essa isenção estamos dando a condição de fazer no país. Já duplicou a produção de microcomputadores no país só com a primeira isenção e agora esperamos ainda resultados melhores com essa segunda isenção. Desoneração de perfis de aço para a construção civil. Passamos adiante. Medidas que já foram aprovadas aqui no Congresso e que são de extrema importância para a simplificação tributária e desoneração, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que entrará em vigor no segundo semestre deste ano. O reajuste da tabela de Imposto de Renda para os próximos quatro anos. A prorrogação da depreciação acelerada, em dois anos pode haver uma depreciação de todos os insumos de bens de capital adquiridos pelas empresas. E a prorrogação da cumulatividade de PIS e Cofins para a construção civil, significa um custo menor de PIS e Cofins para a construção civil.

Passando adiante. Nós temos aqui o agregado dessas medidas, que representa uma desoneração de 6,6 bilhões em 2007, porque nem todas... As medidas não entram em vigor no ano todo de 2007 e para 2008 essas mesmas medidas representarão uma desoneração de 11,5 bilhões. Isto vem se somar com a desoneração que já vem sendo realizada, pelo governo, de vários itens tributários, que já soma 23 bilhões até o final de 2006. Então, temos que somar 23 com esses números que estão aí para saber qual é o tamanho da desoneração. Passamos adiante. Bom, medidas para aperfeiçoamento do sistema tributário. Nós estamos prolongando os prazos para recolhimento da Previdência e para o recolhimento do PIS e Cofins, em alguns dias, é bom para as empresas, menos capital de giro para as empresas. Passando adiante. Elas precisam de menos capital de giro, não é? Então, medidas em tramitação, implementação. Bom, quando eu fiz aqui o PowerPoint, não tinha sido aprovada ainda a criação da Receita Federal do Brasil, que é muito importante, conforme os senhores sabem.

Está em curso a implementação do Sistema Público de Escrituração Digital, eliminando a escrituração em papel. Isso simplifica muito a vida

das empresas. Nós vamos criar cadastros unificados com os governos estaduais, a partir de convênios, portanto, um aperfeiçoamento do sistema, a desburocratização e um controle muito mais forte sobre a eventual sonegação. Isso desemboca na nota fiscal eletrônica, que já está sendo utilizada por um grupo restrito de empresas, mas o nosso objetivo é divulgá-la, generalizá-la para todas as empresas, para todo o sistema econômico. Dessa maneira, será muito mais fácil as empresas emitirem notas e o governo fiscalizar o sistema. É o primeiro passo para a implantação de uma reforma tributária que dê mais racionalidade ao sistema tributário brasileiro. Nós temos um sistema tributário que não ajuda a produção, não ajuda o investimento. Ele pode ser melhorado. O empresariado brasileiro, ele se vê às voltas com um emaranhado de tributos, alíquotas diferenciadas de um estado para o outro e nós temos que simplificar essa situação. Então, foi feita uma proposta. Está sendo feita uma proposta para os Governadores, nós vamos transmitir essa proposta ao Congresso para que ela seja discutida em várias partes, de modo a que possamos desembocar num sistema tributário moderno, simplificado e mais eficiente. Eu acho que depois nós podemos até marcar aqui uma discussão, ou na CAE ou numa outra Comissão, para que discutamos a proposta de Reforma Tributária que o governo possui, que é muito importante para a desoneração, a simplificação.

Podemos passar adiante. Bom, para encerrar a minha fala - passa adiante - eu queria mostrar a consistência macroeconômica das medidas do PAC. O que está colocado ali naquele quadro são as principais variáveis econômicas que nós esperamos no país nos próximos quatro anos, porque o PAC, é bom lembrar, é um plano de quatro anos. E nós temos ali, na primeira linha, a taxa Selic nominal, esperada pelo mercado. O SR. MINISTRO da Fazenda não pode dizer qual é a taxa de juros que ele espera nos próximos anos. Então, eu sou obrigado a pegar a pesquisa Focus, que é uma pesquisa de mercado, que costuma ser conservadora. Certamente essa taxa é mais conservadora do que aquilo que eu acredito que poderá ser a taxa de juros. Mas, eu quero demonstrar que mesmo com uma taxa de juros conservadora, ou seja, mais alta do que ela poderá ser, nós teremos um crescimento substancial da Economia com equilíbrio fiscal. Então, nós temos a primeira linha em 2007 a taxa média, Selic, seria de 12,2. Não é taxa final de ano, é taxa média do ano. E 11,4, em 2008, assim por diante, até chegar em 10% em 2010. A taxa de inflação esperada para esse ano é 4,1, poderá ser menor, porque os prognósticos apontam para algo como 3.9 de inflação para 2007. E 4,5% é a meta de inflação que está estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. A taxa de crescimento do PIB, que nós esperamos para esse ano, é 4,5%. É aperfeiçoamento factível de alcançar esta meta. A economia já está crescendo a um ritmo próximo de 4%. E, nos próximos anos, em torno de 5%. Nós vamos manter um superávit primário de 4,25, porém, nós vamos ampliar o programa prioritário de investimentos, que é um programa especial de investimentos, onde o governo assinala projetos prioritários, que têm um efeito importante na economia, que geram um efeito multiplicador. É economia externa, como dizem os economistas.

Então, esse programa de investimentos poderá atingir 0,5 % do PIB e, se necessário, será deduzido do superávit primário.

Portanto, na pior das hipóteses nós poderemos fazer um superávit primário de 3,75. Dessa maneira, com essas variáveis, com essa taxa de juros, com este primário, tirando os 0,5 % do PPI, nós teremos o pagamento de juros líquidos de 5.6% do PIB, em 2007. O que significa um déficit nominal de 1.9. Para comparar, nós temos que ver o déficit nominal do ano passado foi de 3,5%, então, estaremos diminuindo o déficit nominal de um patamar de 3,5 para cerca de 2,0 em 2007, e o importante que em 2010, com essa trajetória modesta de queda de taxa de juros, nós poderemos zerar o déficit nominal. Então, a economia brasileira, do ponto de vista fiscal, estará equilibrada até 2010, mesmo com algumas premissas conservadoras que estão aí nesse quadro. E a relação dívida/PIB, ela continuará em queda. Ela já foi de quase 60% do PIB; este ano deve terminar abaixo de 50, cerca de 48, e nós poderemos chegar, em 2010, a cerca de 40%.

Portanto, nós temos aqui a combinação de variáveis econômicas satisfatórias: Um crescimento maior da economia, com uma inflação sob controle, com o déficit nominal caindo, levado a zero e a relação dívida/PIB, caindo também. Portanto, o Brasil, depois de quatro anos, terá uma condição econômica muito mais favorável. Eu encerro por aqui, passando a palavra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer ao Ministro de Estado Guido Mantega pela excelente exposição. Tenho certeza, muito produtiva para o debate que nós vamos ter hoje no Plenário. E agora, imediatamente, passaríamos a palavra à Ministra Chefe de Estado da Casa Civil, Dilma Rousseff, que falará sobre investimento em Infra-estrutura e as medidas de gestão do Programa de Aceleração do Crescimento, contribuindo aí para a nossa Audiência Pública. Com a palavra, a Ministra.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Ao cumprimentar o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, o Senador Aloizio Mercadante e ao Senador Marconi Perillo, eu gostaria de saudar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. A minha parte é sobre investimento em infra-estrutura e as relativas medidas de gestão específicas do PAC.

Basicamente, nós consideramos que essa mobilização do investimento público, ele é condição, ele não é suficiente, mas é condição para a aceleração do desenvolvimento sustentável, na medida em que nós nos propomos a eliminar gargalos que afetam a todos os segmentos da economia. Os segmentos industriais, agrícolas, de serviço e comerciais são afetados por esses gargalos. E, ao desfazê-los, nós, sem dúvida nenhuma, aumentamos a produtividade do sistema, melhoramos a competitividade para as empresas brasileiras e, ao mesmo tempo, fornecemos um instrumento para a superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais. Além disso, esses referidos gargalos, eles, para serem superados, eles necessitam de uma visão de médio e longo prazo da economia e da própria ação de governo. Nesse sentido, o uso do

planejamento estratégico, que é um instrumento que hoje é praticamente adotado por quase todas as grandes empresas desse país, ele, para os efeitos de programação do governo, esse instrumento é estratégico e condição para que esses gargalos sejam desmontados. Isto implica também numa outra questão, que é a necessidade de, dado o desenvolvimento institucional do país, e dada a importância que hoje os setores privados têm nesta área de infra-estrutura também, é fundamental que fortaleçamos as Agências Reguladoras e, portanto, a regulação, o que tem estreita relação com a competitividade. Ou seja, um dos papéis cruciais das Agências Reguladoras é permitir que haja uma competição próxima da competição perfeita, evitando, portanto, as práticas oligopolistas ou monopolistas que gerariam super rendas ou sobre rendas, melhor dizendo.

E algo também, outra questão também é fundamental. É o fato de que é impossível supor que investimentos em infra-estrutura sejam realizados sem uma adequada adequação dos instrumentos creditícios do país. Ou seja, adequar o financiamento às necessidades do investimento de longo prazo é essencial, ninguém investe, no mundo, sem uma disponibilidade de capital de terceiros com taxas compatíveis aos elevados volumes de capital que, no investimento de infra-estrutura, são necessários. Daí a importância de toda essa questão levantada pelo Ministro Guido e também o fato de que é muito importante hoje que haja uma adequação e uma cooperação, uma verdadeira parceria entre o investimento público e o investimento privado na área de infra-estrutura. Ela, tradicionalmente, era uma área, era uma área em que primava mais o investimento privado, aliás, o investimento público, do que o investimento privado. Nós estamos caminhando para um reequilíbrio desta relação. Apesar de que, como nós veremos, na área de energia, ainda o peso dos investimentos públicos é muito grande, principalmente na área de petróleo. Então, parcerias entre o setor público e o investimento privado, essa parceria é crucial para levar a cabo o PAC.

E, por último, a articulação entre os diferentes entes federativos na medida em que o PAC é um programa que necessita da cooperação, em várias áreas, de todas essas, desses entes, principalmente na área de meio ambiente, na área também de saneamento, de habitação, de metrôs, enfim, em várias áreas essa cooperação, ela é estratégica. Os critérios de seleção que nos moveram em relação à questão do PAC, na escolha dos projetos, começam por um item que eu considero muito importante, o governo acha que ele é essencial e é uma prática bastante saudável que nós nos acostumemos a concluir projetos em andamento. Então, priorizá-los é algo muito importante porque significa o uso adequado do dinheiro público e não se deixa um conjunto de esqueletos espalhados nessa área. E também, dentro da mesma medida, é recuperar a infra-estrutura que já existe, a infra-estrutura que é a infra-estrutura essencial para o país porque ela é a infra-estrutura existente. O critério de escolha de novos investimentos seria aquele com forte potencial para gerar retorno econômico e social.

E, finalizando, há uma consideração, que é muito importante, que é o fato de que os projetos têm de ser vistos de uma forma global, há que ter sinergia entre eles. Principalmente na área de infra-estrutura logística. Há que pensar a integração dos módulos rodoviários, ferroviários com a estrutura de portos, enfim, com as hidrovias do país e a estrutura aeroportuária. A logística é eminentemente uma teia. No caso da energia, isso também se repete quando se trata, por exemplo, das grandes estruturas de rede. Basicamente, das estruturas relativas às redes de transmissão de energia, aos gasodutos e à estrutura de refino do país.

O Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC 2007/2010, nesta etapa, ele está centrado em três eixos: O eixo de infra-estrutura logística; o eixo de infra-estrutura energética e o eixo de infra-estrutura social e urbana. Um quarto eixo está sendo também estruturado pelo governo, ele será tratado à parte, que é o eixo de infra-estrutura de telecomunicações, basicamente, a meta do governo de levar a banda larga a todas as escolas. Será tratado à parte, não está tratado no PAC, mas integra o esforço de solução de gargalos. Nesse sentido, nesses três eixos, nós estamos prevendo investimento de aproximadamente 504 bilhões de reais, divididos entre a logística energética social urbana, obviamente, com um peso extremo, bastante significativo na infra-estrutura energética, diante do vulto dos investimentos que essa infra-estrutura exige. Ao mesmo tempo, com um aumento muito significativo na área social e urbana e na área de logística também. Estes investimentos, eles têm uma característica, que eles têm, eles estão pensados regionalmente. E aí se destaca a capacidade que o PAC tem de ter de equilibrar estas relações. Então, destaca-se, sobretudo, o fato de que, entre Norte e Nordeste, nós temos hoje um peso de 41% da destinação do PAC. O sudeste, com 40, o Sul com 12 e o Centro-Oeste com 7%. Esta é uma distribuição dos recursos que estão diferenciados pelo território, mas há um conjunto de investimentos, que nós chamamos nacionais, que são indiferenciados pelo território, por exemplo, dragagem, quando a gente falar de dragagem de todos os portos tem uma destinação específica para dragagem. Quando nós falarmos, por exemplo, de recuperação das estradas, também é de todas as estradas. Então, esses, estes investimentos que têm dimensão nacional, porque eles se dão sobre a infra-estrutura existente, eles não estão regionalizados, apesar de ocorrerem nas diferentes regiões do país.

Bom, eu começarei a minha apresentação então específica pela questão da infra-estrutura logística, primeiro, a questão das rodovias. Nós integramos, antes estava distribuído regionalmente, mas, para facilitar a exposição e porque a apresentação ficava muito grande, nós juntamos todas as estradas num mapa único. E eu queria destacar, no canto esquerdo, a terceira, a 163, no Norte, por exemplo, queria destacar, eu não sei se eu chego lá, queria destacar aqui a 135, que é Piauí, Bahia e Minas Gerais, que sai lá do Piauí e chega a Minas Gerais. Queria destacar também a 116, principalmente a 116-PPP, que está aqui. A duplicação da BR-101, a duplicação também da BR aqui no Sul, da BR-101 Sul. A BR-101 do Espírito Santo. Queria destacar também a 381 em Minas Gerais, se não me engano, está aqui. Queria destacar, ainda, a 153, a 365 e a 050,

em Minas Gerais. E queria destacar o trecho, aqui no Centro-Oeste, da 163 e da 364. Além disso, o Rodoanel de São Paulo, o trecho Sul e o arco Rodoviário do Rio de Janeiro, como sendo obras muito importantes, estruturantes, que tem essa capacidade de articulação sinérgica com as demais obras do PAC.

Na seqüência, nós vamos tratar dos projetos em hidrovias, portos e ferrovias, sintetizando num único mapa. Vamos começar, então, aqui pelo Norte com todas essas hidrovias previstas no grande eixo de estrada do Amazonas, que são os seus rios. Além disso, no Amazonas ainda, a eclusa de Tucuruí e o Porto de Vila do Conde. Gostaria de destacar, lá no Nordeste, a Ferrovia Transnordestina, tanto esse trecho que sai de Eliseu Martins e vai até o Porto de Suape, com o acesso rodoferroviário, aqui no Porto de Suape, quanto o trecho que chega ao Porto de Pecém e se integra também com a BR 222. Ao mesmo tempo, é muito importante destacar, ainda, as variantes ferroviárias que estão sendo propostas aqui no Nordeste e a via portuária aqui em Salvador. Além da dragagem, o derrocamento aqui no rio São Francisco, que se complementa tanto com a revitalização do São Francisco como com a transposição. No que se refere ao Sudeste... Ainda aqui na região Norte, era bom destacar também a ferrovia Norte/Sul e, destacando a ferrovia Norte/Sul, nos seus dois trechos, nesse aqui e nesse aqui, tanto Palmas-Araguaína quanto Anápolis-Porangatu, são obras que nós consideramos estratégicas no que se refere às ferrovias.

Na região do Sudeste, o grande destaque está com a questão de todos os portos, tanto o Porto de Santos, como o Porto de Barra Mansa e o Porto de Taguaí. E, com o Ferroanel de São Paulo - Tramo Norte. Já na região Sul, dos moles aqui do Porto de Rio Grande, passando pelo contorno ferroviário de Joinville, pelo contorno de São Francisco do Sul, pelos berços do Porto de São Francisco do Sul, pela via expressa do Porto de Itajaí e, além disso, pelo corredor ferroviário do Oeste do Paraná, que eu acredito que esteja por aqui, que integra um conjunto de obras, cujo objetivo é, de fato, dar ênfase ao escoamento da produção pela estrutura ferroviária e pelos portos do país. Além disso, no Centro-Oeste, nós já falamos aqui de Anápolis-Porangatu e, ao mesmo tempo, da Ferronorte, aqui em Rondonópolis, neste caso, é uma obra privada, mas com recursos públicos, na medida em que nós vamos incidir sobre o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Passando, agora, para aeroportos, os aeroportos em azul estão em implantação hoje e os em vermelho estão previstos para iniciar a partir de agora. Alguns já, outros até o final do ano. Eu queria destacar, basicamente, que a estrutura que concentra o tráfego aeroportuário Brasil, que é, basicamente, o Sul, o Sudeste, desculpa, o Sudeste, tanto Aeroporto de Congonhas, Viracopos, quanto o Rio de Janeiro, Santos Dumont e Tom Jobim, quanto o Aeroporto de Brasília, estão contemplados aqui, por aqui se dá uma parte, a parte mais expressiva, bem acima de 50% do tráfego aeroportuário brasileiro. Mas, estão sendo feitos reforços e ampliações e adequações, tanto em pista como em terminal, em todo o território nacional. Houve um cuidado de distribuir os orçamentos no

sentido de viabilizar essa que é uma questão fundamental, num país Continental, que é a estrutura aeroportuária.

Então, resumindo. Pode passar. Em rodovias, nós estamos contemplando 45 mil quilômetros; em ferrovia Norte-sul, com Transnordestina e todos os acessos rodoferroviários, mais a Ferronorte, 25OO quilômetros/; são 12 portos que estão sendo objetos de intervenção. No caso das hidrovias, são 27, 67 portos, a eclusa do Tucuruí e 20 aeroportos, totalizando, portanto, 58 bilhões, sendo que 13 bilhões em 2007. Na geração de energia elétrica, passemos para ela. Pode passar. Este mapa tem uma característica, que é bom a gente prestar atenção, quando a gente compará-lo com o próximo. Há uma imensa concentração de hidrelétricas, nessa região ainda, nesse momento. E aí, tem destaque, aqui nesse mapa, está aqui Estreito, aqui também tem térmicas, mas aqui está Estreito, é a maior hidrelétrica neste período. Aqui embaixo, está Foz do Chapecó, que é uma das maiores. Tem projetos bastante integrados, como é o caso aqui de Jacuí, 14 de julho e Castro Alves, aqui no Rio Grande do Sul, que são três projetos em cascata. E um conjunto de usinas térmicas também. Nas usinas térmicas, se destaca, aqui no Sudeste, bagaço de cana, que começa a aparecer uma participação muito importante de usinas térmicas a bagaço de cana. Usinas a gás natural ainda, basicamente em Cubatão e em Canoas. Usinas a carvão, aqui no Sul. E aqui também, no Nordeste, muitas usinas térmicas.

Na seqüência, essas 49, elas estão em implantação. Na seqüência, nós vamos olhar as previstas, e é interessante que os Sr. percebam a muda a concentração. Antes, você tinha essa concentração no eixo Sudeste/Sul e, agora, ela passa a se deslocar para o Norte e para o Centro-Oeste. Os grandes aproveitamentos do país estarão no Norte e no Centro-Oeste. Aqui, nas regiões Sul e Sudeste é... Passa, é como se nós tivéssemos esgotado, nós esgotamos, não é? Não é como se nós tivéssemos... Nós esgotamos os melhores empreendimentos. Eles foram feitos primeiro, estavam perto dos centros de carga e agora é fundamental que a gente perceba que a geração de energia hidrelétrica no Brasil passa a se deslocar para o Norte e para o Centro-Oeste. E aí, três usinas se destacam: No Norte, a Usina de... As duas, do Madeira, que é Santo Antônio aqui e Jirau, e Belo Monte aqui em cima. Mas os senhores podem perceber aqui, a Serra Quebrada, Uruçuí, Tupiratins, Novo Acordo e Tocantins, elas estão bem estruturadas ali no Centro-Norte do país. E, aqui na região Centro-Oeste, que se tem Toricoê(F), a de Água Limpa, Torixoréu, Tucano e Porto Galeano. Na previsão, se tem mais usinas hidrelétricas do que térmicas porque as térmicas existentes, no que se refere a gás natural, foram praticamente todas, dado o nosso potencial de gás natural, estruturadas. E a carvão, entrou agora, no final do ano passado, nos leilões. Na transmissão, em implantação, nós temos 21 linhas com destaque central para isso, que é a linha de transmissão Norte/Sul - Circuito 03. Se há algo parecido com um esqueleto no sistema elétrico, a coluna vertebral estaria aqui. Ela faz a interconexão entre toda essa região Sul-Sudeste, Centro-Oeste com o Norte do país. E ela é, portanto, estratégica e está em processo de construção, deve estar

finalizada. Isso implica num grande reforço no sistema brasileiro. E as demais linhas são linhas que se destacam aqui, que tem um complexo sendo feito, importante, dado que aqui é o centro de carga e a caixa d'água do Brasil, que é um grande reforço que está sendo feito e, depois, reforços, reforços, desculpa, distribuídos pelo resto do país de forma... De acordo com a necessidade. Em previsão, as previstas, chamo a atenção, duas grandes interconexões: Esta que vai de Porto Velho à Araraquara, em São Paulo. Ela é a primeira linha que corta o Brasil transversalmente, todas as nossas linhas nunca chegaram aqui. E ela vai ser estratégica para escoar a energia produzida nas usinas do Madeira. E chamo a atenção também a essa interligação Norte/Nordeste, que é muito importante para o Nordeste, que vem sendo reforçada sistematicamente, nos últimos anos, uma vez que, no Nordeste, este fenômeno que é o esgotamento das fontes de energia, é mais acelerado, ou seja, se explorou mais, então, o Nordeste será muito importador. Então, Colinas-Coremas, vai ser uma linha muito importante estruturante. É basicamente isso que eu gostaria de salientar neste caso.

Pode passar. Bom, essas duas próximas telas, começando por essa e pela outra, mostram uma enorme necessidade do Brasil de fazer planejamento estratégico de médio e longo prazo. Um país tem de ter, necessariamente, uma prateleira de projetos. Primeiro porque ele tem de buscar sempre os projetos mais eficientes e, segundo, porque um país não pode, em tendo recursos, não investir porque projetos não foram providenciados. Nós fizemos um grande esforço no sentido de sanear um interregno que houve, no que se refere a EIA/RIMA de aproveitamentos, estudos de viabilidade técnica e econômica, ou seja, de providenciar EVTs e EIA/RIMA de todos os projetos hídricos já inventariados, totaliza, 25 mil, 768. Eles têm, porque EIA/RIMAS e projetos, estudos de viabilidade técnica que vão virar projetos básicos e executivos, na área de hidroeletricidade, eles levam um tempo bastante significativo. Um governo tem de legar para o governo seguinte. Então, este processo está em conclusão em 2008, 2009 e 2010. Isso significa que se terá, neste período, uma soma de estudos de viabilidade prontos para serem licitados. Ou seja, isso implica também em licença prévia etc.

Na seqüência, tem uma outra questão, que é inventariar os rios do país. Nós pretendemos legar para o próximo governo 32 mil, 95O megawatts de usinas hidrelétricas inventariadas até 2010. Este inventário significa, hoje, um estudo um pouco mais complexo, por quê? Porque se inventaria não um empreendimento específico, mas se faz um estudo de viabilidade integrado. Ou seja, se avalia o conjunto da bacia; essa é uma exigência e um acordo feito com os órgãos ambientais. Isso significa que você não simplesmente avalia um rio. Isso é muito importante porque um governo tem de ser julgado pelo que faz e pelo que ele lega também para ser feito no futuro. Então, esses 30 mil, mais de 30 mil megawatts, são importantes para que o país, na seqüência, possa ter perspectiva, no ano, a partir do ano de 2010, de licitar projetos. Isso nós nos preocupamos em todas as áreas. Na área de rodovias, estão destinados um bilhão e cem milhões de reais para fazer estudos e projetos. A mesma coisa se dá na área de saneamento e habitação.

Então, fazendo uma síntese, síntese da área de energia elétrica, nós temos aí, serão 55 PCHs do PROINFA, 48 eólicas, 08 usinas de biomassa e, até 2010, 12 mil megawatts de geração, 14 mil de transmissão. Estes investimentos legam 27 mil, após 2010, porque eles não estão prontos, eles vão entrando progressivamente. E mais 05 mil de transmissão. O total, até 2010, é 78 bilhões; após, 24.

Petróleo e gás natural. A estratégia na área de petróleo é manter a política de auto-suficiência de petróleo, com o nível de reservas confortável na área, na área... No nível de 15, no mínimo 15 anos de reservas, ou seja, manter sempre um nível confiável de reservas. Hoje, nós estamos com 18 anos. Então, manter, no mínimo, 15 e, na média, procurar manter os nossos 18 anos de reserva. Isso implica num grande investimento da Petrobrás na área de produção e prospecção. Implica também numa política, na medida em que os investimentos são muito altos, implica numa política específica de conteúdo local que significa que nós produziremos plataformas e os equipamentos da Petrobrás, procurando sempre criar condições para uma ampliação do conteúdo local, na medida em que a área de petróleo e gás natural, nos últimos 04 anos, foi responsável por uma taxa de crescimento bastante significativa no setor industrial e de infra-estrutura no Brasil.

Então, as P-52, P-54, P-55, P-53, P-51, P-56 e P-57 estão sendo produzidas no Brasil. O investimento, nessa área, é de 81,4 bilhões. Portanto, o PROMIMP, que é o Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás, ele tem sentido porque ele permite que o setor de máquinas do país, um país que não faz seus projetos, ele não adequa seus projetos à sua indústria. Então, é fundamental também que nós recuperemos a capacidade de projetar da nossa engenharia. Então, isso é integrado tanto pela demanda quanto pela capacit... Tanto pela demanda de equipamentos e de fornecedores também como pela capacitação e recapacitação da nossa mão-de-obra. Além disso, na área de refino, petroquímica e H-Bio, nós temos dois grandes movimentos. Temos um movimento que é o movimento de duas novas refinarias, uma no Nordeste, que é a refinaria Abreu Lima, em Laranja, e o complexo petroquímico do Rio de Janeiro. Destacando o complexo petroquímico do Rio de Janeiro porque ele usa petróleo pesado e, portanto, ele adequa ao nosso refino a característica do nosso óleo. E os UV(F) azuizinhos(F), principalmente os que estão, vamos chamar assim, no litoral, os que estão no litoral aqui, são ampliação e modernização. Vocês vêem que o custo é maior do que o custo de implantação das duas. Por quê? Porque a modernização e a ampliação, ela trata de ampliar e adequar também as nossas refinarias à qualidade do nosso óleo. E esses quatro aqui, basicamente, é a produção de H-Bio, ou seja, a gente produz um diesel de altíssima qualidade, utilizando óleos vegetais, oleaginosos, derivados de oleaginosas. Basicamente, nessas quatro refinarias. Um total de 425 mil metros cúbicos/ano de óleo vegetal vão ser consumidos. Na prática, isso funcionará como uma espécie de carro, ou seja, na área de etanol, o *Flex Full* funciona como um grande regulador de mercado, quando tem, quando o petróleo está alto, você usa mais etanol na sua gasolina, quando ele está baixo, faz o vice-versa e regula o mercado. Nunca se corre o risco

de haver falta do produto. O H-Bio das refinarias da Petrobrás, ele funciona, ele tem um papel muito importante na área do biodiesel, primeiro porque ele não é concorrente, ele é complementar. O biodiesel é usado para diminuir a emissão de CO2. O H-Bio não reduz CO2; ele reduz particulados e ele tem um resultado bastante importante no que se refere à pureza do diesel; ele produz um diesel de altíssima qualidade. Então, nesse momento em que os biocombustíveis são muito tratados, é importante sinalizar que o Brasil entra com o H-Bio na fase de segunda geração dos biocombustíveis. Seremos o primeiro país do mundo a utilizar, nesta dimensão, óleo vegetal, produzindo um diesel de altíssima qualidade. É algo que não se enfatiza muito, eu paro para enfatizar, porque vivemos num momento em que biocombustível não é... Etanol é fundamental, mas não é só etanol no Brasil: é etanol, mais biodiesel e H-Bio.

No que se refere ao gás, o projeto do gás pretende na Bacia do Espírito Santo, na de Campos e na de Santos, até 2010, extrair o equivalente que nós consumimos, vindo da Bolívia. Nós consumimos, em média, vindo da Bolívia, hoje, 26 milhões de metros cúbicos/dia, apesar do contrato nosso ser de 30. Mas, até hoje, nós consumimos 26, 27, na média. Tem dia que consumimos 30. E o Plangás pretende, até 2010, aliás, até 2010, introduzir 39,2 milhões de metros cúbicos/dia, bem mais do que nós consumimos da Bolívia. Mas até 2008, 24,2 milhões de metros cúbicos/dia. O total do investimento é 25 bilhões até 2010.

O transporte. Nós vamos fazer 4.526 quilômetros, investindo 12 bilhões. Pode passar que o mapa é mais claro. Nós vamos fazer o GASENE, que é essa linha... O que está em vermelho está em obra; o que está em azul é projeto e o que está em laranja claro é estudo de viabilidade. Então, em vermelho está o que está sendo construído já. Então, é o GASENE, se destaca o GASENE, Aqui é a Malha Norte, a Malha Nordeste, desculpa, a Malha Sudeste, concluir a Malha Sudeste, principalmente Campinas-Rio, que é estratégico para o Brasil. E se destaca, ainda, o... Eu acho uma obra que é fundamental para o país, que é o Urucu-Coari-Manaus. É a conclusão do Urucu-Coari-Manaus que vai permitir o uso do gás natural na Amazônia. E o Urucu-Porto Velho, que está sendo estudada a sua viabilidade. Porque nós passamos a exigir que haja previsão das reservas existentes por um período existente. Porque para fazer o... Para utilizar um gás de um posto você tem de saber quanto, quanto tempo ele depreciona(F), em quanto tempo ele depreciona(F); se uma térmica vai ser em 15 anos, eu tenho de ter gás por 15 anos. Então, eu tenho que ter gás suficiente para manter um consumo firme por 20 anos. Então, é isso que está sendo estudado neste caso aqui.

E eu queria destacar dois terminais de gaseificação de GNL, também até 2008, que é o terminal do Nordeste aqui, em Suape e esse no Rio de Janeiro. Os dois pretendem trazer em torno de 20 milhões de metros cúbicos/dia, que somados aos 39 existentes, totalizarão 60 milhões de metros cúbicos/dia. No etanol e no biodiesel, o destaque aí é basicamente o alcoolduto, Senador Canedo, Senador Canedo, Senador Canedo-São

Sebastião, em São Paulo, passando aqui por Minas Gerais. E esse aqui está em projeto e esse está em estudo. Esse aqui é basicamente a utilização de um poliduto Cuiabá, Mato Grosso, sai aqui de cima, Cuiabá, Mato Grosso, corta a ponta aqui do... Corta o Mato Grosso do Sul e passa pela ponta de São Paulo, chegando aqui em Paranaguá. O resumo da área de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis está aí, a única coisa que falta dizer é que serão também contratados 42 navios, sendo que 15 foram entregues, serão entregues ainda esse ano, nesse ano não, nesses, até 2010 e 2 super-petroleiros também serão contratados. Por que é que aqui estão 55 mil sem... Só lembrando, porque os 39 mais os 15 mil que saem dos acréscimos dos postos de gás natural dão 55.

Luz para Todos. Serão, se repetirá o objetivo de atender 05 milhões de pessoas, é bom sinalizar, no caso, Luz para Todos, que está acontecendo uma situação bastante interessante, por exemplo, em Minas Gerais, se previam 160 mil ligações. Agora, além das 160 mil ligações, apareceram mais 100 mil. A mesma coisa ocorreu no Espírito Santo, em vários estados, a previsão inicial das distribuidoras do governo, ela era uma; com o passar do ano, ela está mudando e se readequando. Mas, a previsão é essa, é um investimento de 08 bilhões e 700 milhões, sendo que o Governo Federal entrará com 6,4 bilhões.

Na área de saneamento, o nosso objetivo é buscar a universalização, implementar a lei, por suposto, garantir uma política estável de financiamento para dar continuidade aos investimentos e não ter os altos e baixos e os soluços, que são péssimos para o investidor, principalmente o investidor privado que, geralmente, é o responsável por essas obras. Promover intervenções integradas e sustentáveis e apoiar a preparação de projetos. O Brasil é um país carente de projetos. Isso é algo que o governo está extremamente interessado em tornar sustentável na seqüência de uma política de médio e longo prazo. No caso do saneamento, o déficit do saneamento, ele é muito concentrado; 52% da carência está nas cidades com mais de um milhão de habitantes ou regiões metropolitanas. E, obviamente, a nossa distribuição, ela leva em conta este fato, dando prioridade para o Sudeste, pelas regiões e pelo tamanho das cidades e pelo Nordeste. As demais regiões, na proporção. Serão investidos em torno de 40 bilhões de reais, neste período de 7 a 10.

Na área de habitação, nós distinguimos três tipos de déficit: o quantitativo, o qualitativo, que é a inadequação da residência, por exemplo, não tem banheiro, e as favelas, os chamados aglomerados subnormais. E as ações são a construção de novas moradias, no caso do qualitativo, é urbanização ou a adequação da moradia e dos subnormais, é uma política de construção de novas moradias, urbanização, melhoria ou reforma de moradia. Nós utilizaremos todos os mecanismos: subsídio, financiamento, financiamento e arrendamento. O déficit em habitação, 96, 3% dele está na faixa de renda até cinco mínimos, sendo que o quantitativo, ou seja, não tem residência, 1/3 no sudeste, 1/3 no Nordeste. E favelas, 60% no Sudeste. Por isso, nós estamos fazendo um esforço muito grande nessa área de habitação. O total dos investimentos previstos são 106 bilhões de reais. Agora, é bom que se diga, só passa

para a próxima, que na área específica, uma parte, 50 bilhões, é basicamente sistema brasileiro de poupança e empréstimo. Mas, na área de governo, para essa população de baixa renda e para as favelas, está assim distribuído: São 44,3 bilhões para moradias; 11,6 bilhões para favelas. Um total de 55,9.

Recursos hídricos. Recursos hídricos. Na região Nordeste, nós temos revitalização, nesse mapa, está revitalização de bacia e integração de bacia. A revitalização são duas grandes bacias, a do São Francisco e a do Parnaíba. O total... Vão ser usados 1,6 bilhões. No que se refere à integração, é basicamente o eixo Leste, Pernambuco, Paraíba, e o eixo Norte, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e o Ceará. E sete obras complementares que estão aqui explicitadas. É Orós-Feiticeiro, Adutora do Agreste, Canal do sertão, Adutora do Pajeú, enfim, as que estão aí expressas. Na região Nordeste, se concentra o grosso dos investimentos em recursos hídricos. É lá que está a situação mais problemática do país e, portanto, é ali que se está destinados o maior volume de recursos. Então, neste mapa está a questão da água tratada, que é o Proágua Nacional e a oferta de água bruta. No ProÁgua Nacional, que são investimentos de 269 milhões, é um sistema de abastecimento integrado, sete sistemas adutores e dois açudes. Na oferta de água bruta, investimento de 640 milhões, são duas Barragens, quatro adutoras e duas Barragens adutoras, simultaneamente. E as cores explicitam a diferença entre as diferentes obras. A diferença entre as obras, desculpa. No Nordeste ainda, irrigação. Do orçamento geral da União, são 11 projetos de irrigação, também no Nordeste e três PPPs, que são o Pontal, o Salitre e o Baixio de Irecê.

Nas demais regiões, portanto, sul, norte, centro-oeste e sudeste, nós temos um investimento de 766 milhões. O grande destaque é para a região ainda considerada Nordeste, que é Norte de Minas Gerais, como vocês podem ver, que concentra a grande parte desses investimentos, que é Barragem do Berizal, Barragem do Peão, o Projeto de uso múltiplo, Barragens Minas Gerais e de Jequitaí. E, nas demais regiões têm Barragens também, tem Barragens no Rio Grande do Sul, por exemplo, e em Santa Catarina e distribuídos três projetos no Tocantins, em Goiás e só.

Metrôs. Metrôs, são quatro metrôs e um corredor. O total de 1,5 bilhões. É a linha Sul em Fortaleza; a linha Sul e a linha Oeste em Fortaleza; a Sul e a Centro no Recife; a linha Calçada-Paripe e a linha Lapa-Pirajá em Salvador; em Belo Horizonte, a linha 1 e a 2 e, em São Paulo, o Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano.

Bom, a conclusão na infra-estrutura social urbana, a importância é a meta que está sendo atingida lá em termos de contemplar as pessoas. Esse, de fato, é um investimento em mudança na qualidade de vida e na condição de renda porque melhora a qualidade de vida para a mesma renda, nesse sentido. Então, é um conjunto com destaque para saneamento, que são 22,5 milhões de domicílios atendidos e recursos hídricos, que são 23, 24 milhões de pessoas. Bom, eu, quando estive na Câmara e em todas as palestras que dei para as associações de classe,

muito me perguntaram sobre gestão do PAC. Então, vou passar rapidamente à situação da gestão do PAC. Nós temos um Comitê Gestor, que foi estruturado, que foi definido por Decreto, cuja atribuição é coordenar as ações do PAC. A composição é o Planejamento, a Fazenda e a Casa Civil, que tem a Secretaria Executiva. A estrutura do acompanhamento do PAC é essa que está na tela. Por favor. É uma estrutura que parte do Presidente. Perguntaram-me, numa exposição que eu fiz em Minas Gerais, se parecia com a estrutura do Juscelino. Em parte, sim, porque é uma estrutura paralela à estrutura existente, mas em parte não porque ela se integra à infra-estrutura existente, conforme eu vou explicar. Então, é o Presidente da República, que acompanha e decide; o comitê gestor de Ministros, Fazenda, Planejamento e Casa Civil e o grupo executivo do PAC, que são o Ministério do Planejamento com a Secretaria de Orçamento e Finanças, a SOF, com a Secretaria de Programação de Investimentos, SPI. Aqui nós estamos usando a estrutura existente do governo. A Secretaria do Tesouro Nacional e a de Política Econômica e a Secretaria de Acompanhamento e Monitoramento da Casa Civil, com a coordenação da Casa Civil. Nós utilizamos uma estrutura de sala de situação. Na sala de situação, se encontram, pela parte dos Ministérios assinalados, Fazenda, Planejamento e Casa Civil, essas respectivas áreas técnicas que, juntamente com o representante da área, do órgão setorial, passam a fazer o acompanhamento sistemático, permanente de todas essas questões, divididos por salas. Uma de medidas institucionais, rodovias, ferrovias e, na seqüência, combustíveis renováveis até a última. Por sua vez, essas salas de situação, elas estão, cada Ministério criou o seu órgão do PAC, internamente, e é com eles que nós nos relacionamos. Acabou já. O objetivo do PAC é assegurar prazo e resultado, evitar sobrecusto, auxiliar no processo decisório, gerenciar risco, maximizar a alocação de recursos e divulgar o andamento das ações. A sala de situação é um mecanismo para resolver os problemas, acompanhar, obter informações, centralizá-las e, por seu caráter estratégico, elas estão na Casa Civil por causa da importância que é uma gestão específica. Nós fazemos cadastros, cronogramas, relatórios de acompanhamento físico, financeiro, orçamentário e relatórios gerenciais. Pode passar. Nós temos uma ficha cadastral. Essa ficha cadastral é preenchida para todos os projetos, individualizados e faz o resumo desses projetos. Além disso, nós temos um cronograma do empreendimento. Esse cronograma do empreendimento, ele, de um lado, aliás, etapas, ele lista a cadeia de eventos, avaliação, EVTE primeiro, convênio de EIA/RIMA, elaboração de EIA/RIMA, obtenção de licença prévia, enfim, lista todos os estágios prévios de um projeto e, através deles, nós olhamos se está bom ou não. Aqui está a 050, Minas Gerais, Uberaba-Uberlândia. Então, nessa, nessa etapa, sub-trecho Uberaba-Uberlândia, está tudo *ok* e tem 67% da obra concluído; até dezembro de 2007, nós teremos 100%. Já no outro sub-trecho, Uberlândia-Araguari e divisa, nós vamos ter uma situação diferente. No mês 04, até o final do mês 5, de, portanto, maio, nós vamos ter o EVTE; o EIA/RIMA, na seqüência, está ali listado e, portanto, ali estão avaliados os recursos. Eu dei esse exemplo e finalizo com o relatório de situação de empreendimento, que tem uma fonte ali, a primeira coluna

é fonte, se o dinheiro é da OGU, se o dinheiro é da Petrobrás, enfim, privado ou misto. Depois, em que região, em que unidade da federação, qual é o tipo, o subtipo, do que é que nós estamos falando. E título do empreendimento, se é o contorno, se é a BR, etc. e ações preparatórias, se estão realizadas, se não estão, em que fase que está a realização. E a avaliação. A avaliação tem três situações e os problemas estão ali tipificados, nesse sentido. Portanto, o PAC vai ter um relatório mensal e nós iremos disponibilizar na Internet o relatório. A partir do mês, deste mês de março, final do mês de março.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Presidência agradece a Exma. Sra. Ministra Dilma Rousseff pela exposição. Gostaria de, representando os membros da Comissão de Infra-estrutura, agradecer as presenças da Exma. Sra. Ministra Dilma Rousseff, do Exmos. Srs. Ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo por terem aceito o convite da Comissão de Infra-estrutura em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos para a realização deste importante debate sobre o PAC. Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, para fazer a sua exposição, lembrando a V.Exa., senhor Ministro, o senhor que tem experiência parlamentar, que o nosso tempo está bastante limitado em função de que nós teremos que encerrar essa Sessão às 14 horas e, sobretudo, em função de que existem quase 30 Senadores inscritos para o debate. Contando com a compreensão de V.Exa., imediatamente concedo a palavra para que V.Exa. possa fazer a sua exposição.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Obrigado, Senador Marconi Perillo. Cumprimento também o Senador Aloizio Mercadante, as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores. Eu vou procurar ser breve. Vou apresentar um conjunto de medidas que compõem também o PAC e que se dividem em dois grupos. O primeiro grupo de melhoria do ambiente do investimento no país e o outro as medidas fiscais de longo prazo. Na verdade, todas essas medidas que eu vou apresentar, elas são medidas que visam muito mais um efeito no longo prazo, até porque a concepção que nós temos é que, apesar de, como o Ministro Guido Mantega disse, a espinha dorsal do PAC ser esse grande programa de investimentos públicos que foi apresentado pela Ministra Dilma, nós estamos convencidos de que é preciso criar condições para que o investimento privado aumente. O Brasil precisa aumentar a sua taxa de formação de capital fixo para 25% até 2010. Isso é um dos objetivos que nortearam a discussão na hora que nós estávamos tratando do PAC. E, para isso, nós precisamos melhorar o ambiente de negócios no país, nós precisamos ter condições de manter a estabilidade, ter previsibilidade no ambiente de negócios e, portanto, eu considero que essas medidas são importantíssimas e, repetindo, todas elas têm um viés mais de longo prazo.

Passando então, eu queria apresentar algumas medidas que estão inclusive já tramitando aqui neste Congresso, no Senado ou na Câmara. A primeira delas trata da regulamentação do art. 23 da Constituição. Isso é matéria de ambiental, ela define a competência ambiental, define as atribuições de cada ente federativo e o objetivo disso é permitir maior efetividade na proteção do meio ambiente por parte do poder público, mas, ao mesmo tempo, celeridade e eficiência na tramitação dos Projetos.

A segunda medida trata do marco legal das Agências Reguladoras. Define também as competências das Agências Reguladoras, é um projeto que já se encontra aqui, me parece que está bastante adiantado o entendimento na Câmara dos Deputados e, certamente, será um grande avanço institucional com a sua votação. Além disso, nós estamos também incluímos, no PAC, a Lei do Gás Natural. Essa lei, ela regula a concessão e construção de gasodutos, o acesso e formas de garantir o transporte do gás nesses gasodutos, tarifas e outras medidas. Isso vai preencher uma lacuna porque a nossa legislação ainda não tem previsão que regule essa questão do gás. A reestruturação do sistema brasileiro de defesa da concorrência, nós achamos fundamental que seja também votada e aprovada porque vai melhorar o ambiente de competitividade, o ambiente entre as empresas.

E queria apresentar algumas medidas que estão seguindo adiante, elas, essas medidas, três medidas, já foram aprovadas pelo Congresso, já viraram Lei. Nós deixamos aí na apresentação porque, quando nós discutimos o nosso programa, que depois passou a ser o PAC, elas estavam em tramitação, são medidas importantíssimas, foram aprovadas e acho que todas elas foram sancionadas em janeiro deste ano, mas nós preferimos mantê-las. São: a aprovação do marco regulatório para o Setor de saneamento, que se transformou na Lei 11.445, deste ano; a abertura do mercado de resseguros, com a Lei Complementar número 126, também de 2007 e a recriação da SUDAM e da SUDENE, com Leis Complementares 124 e 125 também deste ano. Então, essas aí estão aprovadas e, portanto, são Leis.

Além disso, nós incluímos algumas medidas, que nós achamos que seriam fundamentais, medidas de caráter fiscal visando ao longo prazo. O principal objetivo que norteou a nossa discussão nesses itens é que nós almejamos fazer com que a receita, a despesa corrente do governo cresça menos do que o crescimento da economia, menos que a variação do PIB. Nós temos os dados dos últimos anos que mostram que as despesas correntes estão crescendo mais do que o PIB, e, portanto, estamos propondo algumas medidas que achamos fundamentais para que nós tenhamos essa estabilidade, essa previsibilidade do que vai acontecer com as contas do governo nos próximos anos. A primeira delas é um projeto de lei complementar que visa um controle da expansão das despesas de pessoal computadas separadamente para cada um dos poderes da União. Nós estamos propondo que a despesa de pessoal não possa crescer mais do que o índice, o IPCA mais 1,5% real ao ano. Tem algumas ressalvas, por exemplo, os acordos que foram feitos no ano passado nos três Poderes também a substituição de pessoal terceirizado poderá ser

computada fora desse limite. Mas nós achamos absolutamente importante que haja essa medida aprovada e ela, o objetivo é que ela vigore até 2016. Portanto, pelo período de dez anos.

Além disso, mandamos para cá uma política de longo prazo, de valorização do salário-mínimo. Ela estabelece regras de reajustes, onde o salário-mínimo será corrigido pela inflação mais o crescimento do PIB medido dois anos antes. Por que dois anos antes? Porque todo o ano o IBGE calcula o crescimento do PIB, divulga normalmente em março e depois, em novembro, é que vai fazer o índice revisado, definitivo, portanto, essa postergação para ser dois anos depois é importante para não deixar margem, não deixar esqueleto, não deixar polêmica sobre qual teria que ser o índice correto de reajuste. Isso foi objeto de uma negociação que nós fizemos com todas as Centrais Sindicais e mandamos o projeto para o Congresso. Já está na Câmara.

Além disso, nós estamos fazendo um esforço para melhorar a gestão da Previdência Social, combater fraudes, combater irregularidades, eliminar vazamento, ralos que eventualmente sejam detectados. E tem um projeto que já foi aprovado pelo Senado, está na Câmara, que é o projeto de lei do Senado 261/2005, que tem medidas importantíssimas que ajudam nessa melhoria da gestão da Previdência. E constituímos um fórum nacional da Previdência, através de Decreto do Presidente, com participação das Centrais Sindicais, de Confederações Empresariais e do governo com o objetivo de fazer um grande diagnóstico e propor medidas para solucionar também com visão de longo prazo os problemas previdenciários. Nós estamos com uma expectativa de que esse fórum dê grandes resultados no médio prazo.

Também mandamos para o Congresso, já está na Câmara, um projeto para mudar a Lei de Licitações. É um projeto de lei que visa incorporar diversos avanços que nós tivemos nos últimos anos, por exemplo, o Governo Federal só faz hoje contratação de serviços e compra de bens de uso comum através de pregão. Nós queremos transformar isso em Lei para que também os Estados e Municípios possam usufruir. Estamos introduzindo fortemente elementos de utilização de meios eletrônicos no processo de contratação. Achamos que vamos agilizar, diminuir prazo, diminuir custos para os governos e para as empresas que participam como licitantes. Fizemos um decreto com um Conselho interministerial para aperfeiçoar a governança corporativa nas estatais. A idéia é, junto à Casa Civil, a Fazenda, o Planejamento, fazermos um controle das políticas de gestão nas empresas estatais, através da nossa participação nos Conselhos de Administração.

Mandamos para cá também a proposta de extinção de duas empresas estatais federais que estão em processo de liquidação. A Rede Ferroviária Federal e a FRANAVE, empresa de navegação do São Francisco. Dessas medidas todas que eu estou expondo, acho que essa é a única que veio por Medida Provisória. Particularmente no caso da Rede Ferroviária Federal, nós precisamos concluir o processo de liquidação. Existe, a Rede tem um prejuízo acumulado de mais de 15 bilhões. Nós temos um contencioso judicial que passa de 40 mil ações, um prejuízo

potencial de quase 08 bilhões de reais. E nós precisamos também dar um tratamento para a questão do patrimônio. São mais de 55 mil imóveis só, não operacionais e, portanto, essa proposta busca dar uma solução que, acreditamos, vai ser definitiva para essas questões.

E o último projeto, Sr. Presidente, é um projeto que está em fase final de revisão, nós estamos discutindo com a Fazenda, com a Previdência e com a Casa Civil, é um projeto que vai regulamentar a Previdência complementar do servidor público federal. É um Projeto de Lei visa regular, regulamentar a reforma previdenciária que foi concluída aqui em 2003 e que ainda não foi regulamentada. Então, nós devemos mandar, nos próximos dias, esse Projeto de Lei com o objetivo de instituir, de vez, o teto da Previdência, que vai ser igual ao teto do Regime Geral da Previdência Social e dar outras providências para que o servidor tenha o seu fundo de previdência. Eu encerro, Sr. Presidente, como prometi, acho que fui rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao ilustre Ministro Paulo Bernardo por sua compreensão em relação ao tempo e por sua exposição. A partir de agora, Srs. Senadores e Senadoras, a palavra será concedida aos Senadores e Senadoras, na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de 05 minutos, assegurando igual prazo para a resposta do interpelado. Tendo prazo máximo de 02 minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica. Gostaria apenas de sugerir, enquanto encaminhamento, que, num determinado momento, mais oradores inscritos possam fazer uso da palavra e os Ministros possam fazer respostas mais englobadas, a fim de que possamos dar segmento a essa Sessão de tamanha relevância, sem prejuízo a qualquer um dos Sr. Senadores ou Senadoras. Eu retorno a Presidência ao Senador Mercadante. Para que eu possa fazer uso da palavra.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como um número muito expressivo de Senadores interessados no debate, nos temos um teto que é 14 horas, a mesa vai procurar ser rígida no tempo, e concedeu cinco minutos para cada orador, e permitindo assim que o maior número de oradores possam participar e vamos intercalar pelos partidos. O primeiro orador é o Presidente da Comissão de Estrutura, o Senador Marconi Perillo, que foi o autor do requerimento nº 134 de 2007 na respectiva Comissão, com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sra. Ministra, Srs. Ministros, Srs. e Sras. integrantes da Comissão de Infra-Estrutura, da Comissão de Assuntos Econômicos, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer aqui algumas reflexões rápidas, sobretudo motivos que nos levaram a solicitar dos Srs. Ministros a presença nesta Sessão

Conjunta, para debatermos o programa de aceleração de crescimento. Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que o principal objetivo que levou a Comissão de Infra-Estrutura a solicitar esta audiência foi exatamente de propiciar o debate, dar esta contribuição através e a partir destas duas Comissões para que a sociedade possa efetivamente participar do debate deste programa tão importante, uma discussão como esta tem que nascer de baixo pra cima, auscultando a sociedade, propiciando debate em cada região, e na minha opinião esse debate também leva a reflexão em relação à necessidade de se desconcentrar o crescimento no país reduzindo-se os enormes gargalos e discrepâncias regionais.

O maior mérito do Presidente Juscelino Kubitschek, quando apresentou o seu plano de metas, foi exatamente de pensar o Brasil uma perspectiva de longo prazo. Aliás, países como a Espanha já tem os seus planos decenais que estão impulsionando fortemente suas economias no ponto de vista do crescimento e desenvolvimento. O plano de metas do Juscelino, objetivava transformar o Brasil do setor primário, um país secundário, terciário, industrial, forte, começando a eliminar seus estrangulamentos nas áreas de energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e sobretudo desconcentrando, deslocando seu eixo de decisões para o Planalto Central, a construção de Brasília acabou se transformando na sua 6ª meta síntese. Enfim, essas foram as metas síntese do Presidente Juscelino Kubitschek, e o mérito, o grande mérito dele foi exatamente pensar o Brasil de longo prazo. O PAC tem seu mérito, eu não tenho dúvida, a medida em que define um plano para o país. Nós tivemos Presidentes da República nos últimos anos que pensaram o Brasil, que deram contribuições. O Presidente Sarney foi importante na transição democrática, na criação do projeto, início do projeto da Ferrovia Norte-Sul, apesar de muito criticado à época, dentre outras muitas contribuições. O Presidente Collor teve a importância de ter feito a desregulamentação, iniciado a desregulamentação e abertura da nossa economia, dentre outras contribuições. O Presidente Itamar e o Presidente Fernando Henrique foram importantíssimos em relação a concepção e implementação do Plano Real, o Presidente Fernando Henrique também foi muito importante nessa questão do planejamento estratégico quando definiu o avança Brasil e os seus 50 chamados eixos macro estruturantes, os seus eixos estruturantes, de modo que é importante essas experiências anteriores e sobretudo é importante que tenhamos depois de algum tempo um plano que efetivamente possa garantir o planejamento e o pensar o Brasil no médio e longo prazo. Eu tenho aqui algumas preocupações, senhora Ministra, senhores Ministros, em relação a entraves ou gargalos, obstáculos em relação ao PAC. O primeiro deles referente aos gastos correntes. De acordo com a FIESP e o IED há espaço para redução de 5,5% no PIB nas despesas com gastos correntes, melhorando assim a qualidade do gasto público, o custeio tem sido maior que as receitas e aí é muito importante a questão da gestão fiscal.

A outra questão e isso tem fundamental importância em relação a competitividade é a redução dos juros e a questão do câmbio, isso também, a isso também agrega-se à questão da carga tributária. Nós

temos hoje uma, talvez, a mais alta carga tributária do Brasil, quase 40% em relação ao PIB e a carga tributária elevada também reduz extraordinariamente competitividade. Além, é claro, também, da preocupação que nós temos quanto ao foco no agronegócio. O agronegócio é responsável por quase 33% do PIB, de modo que é importante focar o agronegócio. A equação, senhor Presidente, em relação aos gastos Públicos, não fecham em média e longo prazos já que as despesas de custeio tem crescido em média 6% ao ano, enquanto o país tem crescido em média 2,5% ao ano nos últimos anos. Caso o crescimento do PIB não seja da ordem de 4,5 a 5%, a combinação do resultado com o INPC, provocaria reajustes salariais, sobretudo do mínimo, inferiores às últimas médias históricas. Nós temos uma outra preocupação que é o foco nas reformas estruturantes, política, tributária, trabalhista que também dariam competitividade ao setor produtivo. Uma outra preocupação que a gente considera também gargalos, as receitas tem sido muito concentradas, eu fui Governador, sou testemunha disso, então é importante o compartilhamento das receitas sobretudo em relação às contribuições ou as chamadas... [Corte de áudio] Por fim, senhora Ministra, senhores Ministros, preocupação em relação ao fato que a região Centro-Oeste foi a menos contemplada, 24 bilhões, é uma região que responde muito rapidamente aos estímulos provocados em termos do seu crescimento. Eu gostaria de pedir também que fosse examinada essa questão e a questão da energia, segundo uma matéria da Folha de São Paulo no dia 3 de fevereiro, os níveis de risco de falta de energia superam o aceitável a partir de 2009, ficando mais críticos a partir de 2010, na região Sudeste, por exemplo, onde mais se produz e mais se consome energia no país. O risco em 2009 é de 12.75%, em 2010,21% e em 2011, 27.15%, de modo que essas são algumas questões que somadas a necessidade de termos segurança jurídica com garantia de autonomia as nossas agências reguladoras nos levam a trazer algumas reflexões. [Corte de áudio] Senhor Presidente, duas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ao Presidente da Comissão e ao autor do requerimento, a Mesa está tendo uma generosidade especial, ainda mais com o prestigioso Governador, com a experiência que traz o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado Sr. Presidente. Sra. Ministra, Srs. Ministros, o PAC não apresenta uma medida assim mais efetiva em relação ao controle dos gastos corridos, a regra de correção do salário mínimo irá elevar os gastos da previdência em relação ao tamanho do PIB e a limitação da expansão da folha de pagamento do Governo Federal enfrentará fortes resistências à aprovação e a implementação. Se os gastos correntes não forem reduzidos, não será possível reduzir a carga tributária, dado que os elevados gastos públicos correntes e a carga tributária reduzem possibilidade de crescimento por diminuirem os recursos disponíveis para investimentos públicos e privados, como é possível falar-se em aceleração do crescimento sem tratar de forma consistente da questão dos gastos públicos, da carga tributária, das reformas estruturais, taxa de juros, competitividade,

parcerias... [Corte de áudio] Eu agradeço pela compreensão e fico apenas nessa pergunta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer ao Senador Marconi Perillo pela qualidade da intervenção e queria sugerir para que a gente possa realmente contemplar o maior número de Senadores, dado que nós temos um teto predeterminado que é 14 horas, de nós fazemos sempre alternância entre os partidos e nós fazemos as perguntas em bloco que assim mais Senadores poderão falar. Se há acordo nesse encaminhamento, nós vamos ter privilégio de ouvir agora o Senador Francisco Dornelles, ex-Ministro e com uma grande contribuição no debate econômico desta Casa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Marconi Perillo, Srs. Ministros de Estado, eu quero inicialmente manifestar o meu apoio ao PAC lançado pelo Governo Federal e que mudou o foco da discussão que existia no país e ocupou um grande vazio então existente no cenário político e econômico do país. Pelo PAC o Governo Federal mostra a sua disposição de retomar o processo de crescimento, prioriza o investimento e sinalizou que a economia que vai fazer com a redução das taxas de juros, vai ser investida em infra-estrutura e em alguns casos vai implicar em redução de impostos para determinados setores. Eu gostaria de fazer inicialmente uma pergunta muito pontual à ilustre Ministra Dilma Roussef relacionado com o Rio de Janeiro. A usina de Angra III faz parte do programa de desenvolvimento do Rio, 70% do equipamento está comprado, 700 milhões de dólares já foram investidos. Ela tem um potencial de geração de 1400 megawatts que representa quase 20% do gás importado da Bolívia. De modo que eu gostaria de saber de V. Exa. qual é a posição do Governo em relação a usina de Angra III? Em segundo lugar a mesma pergunta à ilustre Ministra, qual é a posição do Governo em relação ao fornecimento de gás para a usina termoelétrica de Paracambi? E o último ponto, a administração, Ministra, é como o PT, se há recursos de gestão? Paracambi.

A competência não falta aos Ministros que vão comandar o PAC, cada um deles tem a demonstração de que conhece profundamente o assunto. Os recursos estão colocados. Agora eu tenho receio da gerência. De modo que eu queria perguntar ainda à Ministra Dilma Roussef se vai haver alguma modificação na gerência do problema portuário no Brasil que eu considero da maior gravidade os nossos portos não funcionam e constituem um ponto de estrangulamento muito grande no processo do desenvolvimento. Em relação a minha última questão colocado ao Ministro Guido Mantega e Paulo Bernardo, os recursos do FAT são depositados no BNDES e o BNDES aplica os recursos do FAT em infra-estrutura, ficando com o risco da operação, ou seja, o risco não é do trabalhador, mas é do FGTS. Mas é do FAT, é do BNDES, desculpa. Não é do FAT, mas é do BNDES. Em relação ao FGTS, esses recursos que estão na Caixa Econômica são aplicados em habitação e saneamento e com a simples decisão do conselho curador poderiam ser aplicados também em infra-estrutura. Porque motivo o Governo vai retirar recursos do Fundo de

Garantia criando um outro fundo que será Administrado, não pelos trabalhadores, será administrado pelo Governo, mas se houver perda, será dos trabalhadores. A Administração, o Governo tira dos trabalhadores, mas a perda continuará sendo dos trabalhadores. Eu não vejo razão para se criar esse fundo de infra-estrutura com os recursos do BNDES porque acho que poderá ser feito um investimento em infra-estrutura dentro da mesma sistemática que o BNDES faz com os recursos do FAT e que a Caixa Econômica já faz na área de saneamento e habitação. Essa eu gostaria de ouvir essa pergunta e essa razão da criação, da criação do fundo, do ilustre Ministro Guido Mantega. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Francisco Dornelles que contribuiu com o tempo coletivo aí, economizando o processo de intervenção. E agora com a palavra, apesar de o Senhor a todo o Requerimento teria a preferência na argüição, eu vou deixar para falar Depois para poder ouvir o nobre Senador Sibá Machado. Curto e grosso, Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Obrigado, Presidente, senhora Ministra Dilma Roussef, senhores Ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo, nosso Senador Marconi Perillo, demais colegas parlamentares. Ministra, eu faço uma reflexão histórica, de quando já ouvi V. Exa. pela segunda vez apresentando o PAC e faço a seguinte reflexão, buscando lá de Dom Pedro I, 1822, o grito da independência, olhando para 2022, dois séculos da história do Brasil eu considero uma ousadia muito grande de todos os Governos que nos antecederam e o atual e aqueles que virão a nos suceder que o grande desafio é encontrar isto aqui que nós estamos vendo, o marco legal, o marco fiscal e o marco do desenvolvimento e investimentos em infra-estrutura. E olhando para isso acho que o cerne do nosso trabalho tem sido a busca pela manutenção da democracia do país, os investimentos no desenvolvimento sustentável e o equilíbrio fiscal, dificuldade que o Brasil permeia neste quase dois séculos de sua existência democrática. Então, senhora Presidente, senhora Ministra, eu gostaria de lembrar a V. Exa. que ainda não tinha tido essa oportunidade de fazer algumas sugestões que eu considero muito importante para o sucesso deste plano.

Primeiro. Que os 27 Estados da Federação tenha algum tipo de investimento. Os 27. Então, olhando os mapas tem alguns Estados que ainda não foram contemplados nos mapas, seja da energia, seja de Rodovias, hidrovias, outros tipos de investimentos. Segundo. É que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste pudessem ter um aporte financeiro para a pesquisa, Ciência e Tecnologia. Por que digo isso? Porque a Amazônia apresenta-se mais uma vez como mais como uma fornecedora de matéria-prima para o desenvolvimento nacional e eu considero muito importante o investimento em pesquisa vide o caso de Serra Pelada no Pará que virou um buraco pelado e a gente não pode ver as riquezas dessa região depois sendo assim consumidas sem um investimento futuro para a sua sobrevivência equilibrada. A outra é que nós pudéssemos ter até o ano, por exemplo, 2012, eu não tenho aqui

uma mas que a gente pudesse, levando em consideração que o PAC, eu considero que vem para ficar e vem para dar sua grande contribuição do Governo Lula ao desenvolvimento sustentado do Brasil, que a gente pudesse pensar uma data que chamasse novamente os Governadores e os Prefeitos para um novo tipo de repasse, se é do FPE, do FPM, se se acrescenta um percentual a mais, ou coisa parecida, ou seja, neste momento nós estamos fazendo um enxugamento de muitas coisas para fazer o desenvolvimento coletivo do país e que a gente possa fazer no sucesso desse crescimento um desenvolvimento mais equilibrado com maior distribuição e participação. Por último eu acho que a sustentabilidade do plano é caminhar para que o nosso país possa comemorar, no dia 7 de setembro de 2022, a nossa independência não só política, mas mais que isso, é a econômica e acima de tudo a tecnológica, que o nosso Brasil não fique a mercê do andamento da macroeconomia mundial e ficando assim, no meu entendimento, perdendo muito tempo com coisas menores. Então, acima de tudo a grandeza do nosso país e parabenizo mais uma vez V. Exa. os demais Ministros pela brilhante apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o Senador Sibá Machado também que permitiu nós acelerarmos o nosso trabalho e para permitir que todos possam falar, com a palavra agora o Senador Renato Casagrande, PSB Espírito Santo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Presidente Senador Aloízio Mercadante, Senador Marconi Perillo, Ministros, Ministra Dilma, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo, Senadores e Senadoras, obrigado pela presença dos Ministros aqui nessa audiência nessa sessão conjunta das duas Comissões, eu também quero manifestar primeiramente o meu apoio ao plano de aceleração do crescimento, também compreendo que o plano veio para preencher uma lacuna e estabelecer uma pauta nova de debate sobre o desenvolvimento no nosso país. Também acho que ele recoloca ou começa a recolocar num país com tamanha desigualdade regional, mas começa a recolocar o Estado como indutor do desenvolvimento, atraindo, fazendo mais investimentos que nos últimos anos foram irrisórios da administração pública e com isso atraindo os investimentos privados. Então, a minha alegria com relação a essa retomada da função do Estado para que a gente possa diminuir as desigualdades regionais e sociais e saber também que o Presidente e o Governo está pensando em outros planos integrados para desenvolver setores específicos como é o caso da educação, que nos próximos dias o Presidente vai anunciar um plano na área da educação e também anunciou que vai estabelecer medidas na área de Segurança Pública de forma mais integrada entre os entes federativos.

Aqui, Ministra Dilma, nós vamos fazer nossa fala e nossas perguntas com já atendido o pré-requisito da gestão para não ficarmos presos às perguntas repetitivas que são feitas naturalmente pela, pela dificuldade que o Governo Brasileiro teve nos últimos anos, independente de Governo, de quem esteve a frente do Governo para as dificuldades de planejar a execução orçamentária, de executar o orçamento da forma

como a população necessita. Mas vamos considerar que a questão de gestão e de coordenação estejam resolvidas, que nós vamos ter de fato um acompanhamento como foi anunciado pela Ministra que eu confio e acredito na competência da Ministra junto com o Ministro Guido e o Ministro Paulo Bernardo para conduzir todas as ações de Governo. Colocando essa questão como resolvida, eu acho importante que nós possamos questionar alguns pontos.

O primeiro ponto é o ponto da carga tributária. Nos 4 anos do primeiro Governo do Presidente Lula nós tivemos um aumento aproximado de 0,8% do PIB a cada ano, crescente na carga tributária. Eu acho que a carga tributária do percentual que ela está hoje, ela vai chegar a ser o teto do processo de crescimento brasileiro. Então, eu acho que nós precisamos de estabelecer um teto para a carga tributária brasileira, vamos controlar o que é devido ao Governo Federal, a máquina do Governo Federal, mas que é fundamental a administração pública compreender que não pode estabelecer e passar de um percentual. O Governo começou a discutir isso na LDO, mas depois recuou, mas acho que essa questão do teto e da discussão da carga tributária eu acho importante e acho fundamental. O outro grande debate que se faz aqui na Casa e que vai ser o debate da Câmara e do Senado, vai ser uma questão polêmica é a questão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, é o FGTS. O Senador Dornelles já começou a debater com relação ao fundo. Por quê a criação do fundo se a Caixa Econômica pode efetivamente fazer os investimentos de forma direta em saneamento e em habitação? Segundo. Se o Governo estuda ou aceita o debate da possibilidade de nós termos parte das contas individualizadas como já está proposto uma aplicação de até 10% em fundos de investimento, em infra-estrutura, se há possibilidade do investimento em mercado de ações por conta e risco e autorizativa na conta individual de cada trabalhador. Se isso é possível porque o PAC está fazendo com que haja também uma transparência no debate do recurso do Fundo de Garantia que eu acho que é importante isso.

Não se discutia muito a questão dos recursos do Fundo de Garantia e hoje nós estamos debatendo, conhecendo um pouco mais e eu acho isso importante para nós. E uma outra questão que está fora do PAC, mas é um problema relacionado ao Fundo de Garantia é a questão da multa recisória. O aumento que se teve de 40 para 50% e que interfere efetivamente, as vezes, em algum investimento da iniciativa privada, se o Governo analisa a hipótese e a possibilidade de fazer com que nós possamos também retornar à multa de 40%, uma vez que isso já cumpriu efetivamente o seu papel naquele momento de cobrir saldos negativos do passado de pagamentos de planos econômicos do passado. Então, se há essa possibilidade desse retorno porque seria também mais investimentos nessa área de infra-estrutura. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço também a brevidade da intervenção do Senador Renato Casagrande. E agora para fechar esse bloco o Senador Wellington Salgado, PMDB. E PMDB Minas Gerais, que não é qualquer coisa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Muito obrigado, senhor Presidente, Presidente da Comissão de Economia que está aqui como Presidente agora do Senado, Ministro Guido Mantega, Ministra Dilma Roussef, Ministro Paulo Bernardo, nosso Senador por Goiás, Marconi Perillo. Quanto à questão do PAC, eu, como Senador mineiro, me sinto muito bem recompensado pelo PAC para Minas Gerais. Estamos vendo a obra da duplicação Uberlândia, Uberaba que é a 050 e pelos projetos, muitas outras obras vão acontecer. Claro que quanto ao Ministro Guido Mantega, ele sempre, antes mesmo de ser Ministro, já discutia que nós temos que ir para o desenvolvimento, então eu já sei exatamente como ele pensa, qual o seu objetivo. O Ministro, também, Paulo Bernardo planeja muito bem todas essas questões do Brasil, com certeza o PAC vai muito bem. E a Ministra Dilma Roussef, toda vez que faz uma apresentação acaba sendo uma grande aula. Então, a gente vai tirando as dúvidas a medida que vão sendo apresentados os projetos, a aula vai sendo apresentada. Eu só tenho uma dúvida, Ministra Dilma Roussef, que hoje, como todas as grandes mulheres no mundo que aparecem nesse momento, o Brasil está muito bem representado, não é? Eu queria saber o seguinte, pelo crescimento, para nós crescermos 5%, que é a previsão de crescimento do PAC, eu recebi a informação de que nós temos que ter uma disponibilidade de energia, se eu estiver errado a Ministra pode me corrigir mais tarde, de 7 mil megawatts, se for esse o tamanho.

Então, em 4 anos nós teremos 7 mil vezes 4, 28 mil megawatts. E pelo menos a previsão de informação que chegou para mim também, é que nós temos disponível nesse período, teríamos disponível de energia para ser usado na faixa de 12 mil megawatts, eu não sei. Então, existe uma diferença nessa conta simples de 7 vezes 4, 28, menos 12, 16. Eu queria saber, Ministra, se existe a possibilidade de nós usarmos a energia que também é usada em Angra e em outros locais do Brasil, porque eu acho que a energia mais limpa, mais rápida do que toda essa burocracia que a gente enfrenta, de repente, para criar usinas hidroelétricas com os órgãos que hoje criam uma dificuldade tremenda para a nossa, para o nosso desenvolvimento. Eu queria saber só essa situação, Ministra, que é a dúvida que eu tenho quanto ao PAC. Quanto ao restante, senhor Presidente, eu vou seguir o Conselho de V. Exa., como a Ministra já tirou toda a minha dúvida com sua aula, eu sou do ramo da educação, V. Exa. também, então sabe que uma aula bem apresentada, ficam poucas as Dúvidas. Então vou pegar e abrir mão do meu tempo para os outros Senadores que não estão, de alguma maneira ainda tem dúvida ainda, ou que não se sintam bem recompensados pelo PAC. Minas agradece e o Triângulo Mineiro também. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com essa brevidade o prestigio última intervenção. E para fechar então, agora, a representação de diversos partidos, o também ex-Ministro e vice-Presidente da nossa Comissão, prestigia muito a presença nesse Senado Federal, Senador Eliseu Rezende, PFL-Minas Gerais.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Que minha apresentação seja Rápida, também, Presidente. Claro que qualquer programa de

aceleração do crescimento é bem-vindo. Qualquer programa de ação do Governo, visando ao crescimento da economia é bem-vindo. Nós estamos discutindo aqui, principalmente, numa reunião conjunta de assuntos econômicos de infra-estrutura a questão do entendimento do Congresso e do Senado de que realmente o principal obstáculo ou um dos principais obstáculos que obliteram o crescimento da economia é a infra-estrutura de energia, de transporte, de saneamento básico e etc. A minha colocação é mais simples e eu acho que as questões quando são muito complexas, as soluções mais corretas são as mais simples. É preciso de ver com nitidez quais são as nossas verdadeiras prioridades. No campo da energia elétrica foi falado aqui pelo Senador Wellington, nós devemos destacar essa questão da projeção da oferta de energia no Brasil para ver se há a possibilidade de um crescimento da economia de 3% ao ano para 5% ao ano. Então, esse é um primeiro ponto que eu queria destacar. O segundo ponto que eu queria destacar é a necessidade de reposição dos ativos construídos pelo país. Principalmente o setor rodoviário e a área portuária. É preciso que haja investimentos maciços na restauração das Rodovias para que nós tenhamos um fluxo de tráfego mais barato, mais econômico, mais seguro. Ministro Mantega, há estudos que indicam que se as nossas estradas estivessem boas e nós não tivéssemos o problema de oferta de transporte público nas áreas metropolitanas, então nós estaríamos gastando 25% a menos em combustíveis automotivos que são a gasolina e o diesel. Haveria uma redução do consumo energético do país de 25%.

Talvez nós pudéssemos ser exportadores líquidos da indústria do petróleo, poderíamos até participar da OPEP. O terceiro ponto que eu queria destacar é o ponto, voltando a essa questão do petróleo, é preciso de entender que o Brasil sempre elaborou e aplicou um plano de conservação de energia elétrica. Nós nunca vimos a elaboração e a implantação de um programa de energia do petróleo, de conservação de energia do petróleo. Então, é preciso que se atue nessas áreas para que os transportes se efetuem com eficiência, os fretes sejam baratos, as cargas se conduzam com segurança e facilidade e não haja consumo de petróleo, de combustíveis automotivos no país. Então, eu gostaria de levantar estes pontos básicos para receber a apreciação dos expositores. Primeiro, energia do petróleo, economia de combustíveis com ações do Ministério dos Transportes. Segundo, a necessidade da reposição dos ativos rodoviários. Todos os Senadores que aqui estão representando os seus Estados e os ex-Governadores que estão aqui também sabem do Estado deplorável do sistema rodoviário do Brasil. É preciso de uma ação imediata e a taxa de retorno, Ministra Dilma, de um investimento na restauração de Rodovia conforme o volume de tráfego chega a ser menor do que um ano de retorno. Não há investimento mais adequado, mais próprio, mais nítido para resultar em redução do crescimento da economia. Então, eu falo sobre o petróleo, sobre as estradas e sobre a estruturação do setor e a gestão do setor para que nós tenhamos planos de economia e aplicação na reposição dos ativos nacionais. É isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer. E mais uma vez Minas é uma escola de habilidade

política também, a brevidade só contribui para esse prestígio todo. Mas vamos inverter a ordem agora das respostas e vou pedir Que os nossos Ministros também se inspirem nessa atitude de Minas Gerais e cumpram os 5 minutos programados agora, para que todos os Senadores possam falar e invertendo a ordem das intervenções, Senador, o nosso nobre Ministro Paulo Bernardo do planejamento, orçamento e gestão.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Muito obrigado. Eu vou responder aquelas, aqueles questionamentos que dizem respeito a minha área. Eu queria dialogar com o Senador Marconi Perillo, primeiro para dizer, Senador, que eu concordo com o teor da fala de V. Exa. quando diz que nós precisamos conter o crescimento dos gastos correntes e eu tive a oportunidade de falar isso na minha intervenção, justamente um dos objetivos do PAC, mas eu queria duas coisas apenas que eu queria falar, me parece que são as duas coisas mais importantes que V. Exa. mencionou, primeiro com relação ao reajuste do salário mínimo, o nosso entendimento aqui é que o projeto que foi mandado para este Congresso, ele não vai ter um, não vai causar um desarranjo nas contas da previdência. Por que, veja bem, as despesas vinculadas ao salário mínimo, isso representa aproximadamente metade das despesas da Previdência Social e nós estamos propondo que elas cresçam no máximo com a variação do PIB de dois anos anteriores. A outra metade já é, já tem uma lei dizendo que é reajustado pelo INPC, todo ano, portanto, se nós fizermos a média, os gastos da previdência vão crescer menos do que o crescimento do Produto Interno Bruto, o que é diferente do que está acontecendo nos últimos anos, tem crescido mais do que isso. Portanto, eu acho que essa é uma medida importante, vai ser uma medida boa para nós.

As Centrais Sindicais que quando fizeram a negociação, certamente aceitaram essa regra por dois motivos, uma porque eles querem uma regra de mais longo prazo, ter uma garantia de que o salário mínimo terá por um largo prazo uma política de reposição. E a outra porque certamente estão apostando também que vai haver um crescimento maior. Com relação a essa idéia da FIESP de cortes de 5,5% do PIB nos gastos correntes, com certeza isso é uma grande confusão. Não tem a menor consistência, Senador Perillo. Nós temos aqui nesta Casa um grande número de ex-Governadores, ex-Ministros, ex-Secretários de Estados, temos dois ex-Presidentes da República. Quando a gente fala, basta olhar o orçamento, por exemplo, deste ano, se nós pegarmos, tirarmos todas as despesas que são obrigatórias e que, portanto, não podem ser cortadas, nos sobra aproximadamente 90 bilhões e não só gastos correntes, também estão aí dentro os investimentos. Portanto, falar em cortar 5,5 pontos do PIB significa 110 bilhões é quase a nossa despesa de pessoal do ano.

Não tem a menor consistência essa possibilidade. Eu lembro que no debate eleitoral, inclusive, alguém falou nisso, a assessoria do candidato do PSDB mencionou a possibilidade de que cortar menos 3,7% do PIB nem o candidato sustentou isso porque de fato não tem a menor viabilidade, nem técnica, nem política. A questão da carga tributária que o

Senador Casagrande falou, certamente o Ministro Guido vai falar disso, mas nós vivemos um dilema, quer dizer, nós temos de um lado que baixar a carga tributária, mas para baixar a carga tributária nós temos que cortar gastos ou pelo menos conter o crescimento dos gastos. Então, eu queria só aproveitar a fala de V. Exa. para dizer: Nós precisamos aprovar essas medidas na área fiscal porque elas vão, ao impedir que os gastos cresçam mais que o PIB, abrir um espaço para que gradativamente nós façamos a derrubada da carga tributária. Quer dizer, se nós continuarmos tendo a despesa crescendo é evidente que nós não vamos conseguir fazer a mudança na área tributária. E me parece que o Ministro, Senador Eliseu Rezende dirigiu mais as questões dele para a Ministra Dilma, mas eu acho que é importante que realmente nós façamos um esforço para recuperar a infra-estrutura já existente. No PAC nós estamos fazendo um foco especial nesse aspecto, V. Exa. tem toda a razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao nosso nobre Ministro Paulo Bernardo e agora com a palavra a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEF: Bom. Eu vou tentar fazer uma resposta conjunta para tanto o Senador Marconi Perillo como para o Senador Wellington, como para o Senador Eliseu Rezende e o Senador Dornelles. Não, mas a conjunta eu vou falar primeiro na questão se há ou não escassez de energia, eu acredito o que o Senador Dornelles não perguntou isso. A questão da escassez de energia, ela é sistematicamente reposta e ela é ciclicamente reposta, eu acho que houve um processo e eu acho correto que assim o seja e acho muito virtuoso que assim o seja. Por quê? Porque de fato o apagão de 2001/2002 traumatizou o país e sem sombra de dúvida, há nele entre outras coisas, um erro de previsão até porque o setor elétrico brasileiro é um setor acostumado a trabalhar com modelos de previsão, ele trabalha com risco, ele tem um sistema de gestão de risco, trabalha com um risco de 5% e pelas suas características ele tem em si condições de previsibilidade intrínseca. O quê que é que se 848 e 49 que instituiu a empresa de pesquisa energética que é uma empresa de planejamento de médio e longo prazo.

Ao mesmo tempo o decreto presidencial instituiu a Câmara de monitoramento do setor elétrico que se reúne aqui de quinze em 15 dias e que reúne não só os órgãos do Ministério, mas também os órgãos do operador nacional do sistema, como também da Agência Nacional de energia elétrica. Todos eles fazem um monitoramento do país em tempo real porque uma das características desse modelo do setor elétrico, não estou falando da lei 10848, estou falando do sistema elétrico, da sua estrutura física, é permitir a previsibilidade, é permitir que você se antecipe. E o que foi feito nesse Governo foi aperfeiçoar os mecanismos de previsão e assegurar que quando se contratasse energia, não se contratasse energia papel, se contratasse energia real, foi os dois, as duas iniciativas aprovadas pelo Congresso, aperfeiçoada pelos senhores e que hoje resulta no fato de que essa discussão pode ser feita em termos muito concretos. Primeiro a primeira informação. Nós, nós fazemos, até por herança do Governo anterior, uma coisa que se chama curva de aversão a

risco, foi sendo melhorado ao longo do tempo, depois do apagão foi instituída a questão da curva de aversão ao risco.

Então, se tem uma previsão de qual é a curva de aversão a risco e aí eu acho que o papel da imprensa é muito importante, mas quem define a curva de aversão a risco é o operador nacional do sistema junto com a agência e a curva de aversão a risco do sistema não aponta para isso, aponta para riscos abaixo de 5%, não é? Até porque por um motivo muito simples nós temos uma situação hidrologicamente dependente da água e nós andamos vertendo em todas as bacias estratégicas do país, ou seja, no Sudeste e no Nordeste nós vertemos. Então, nós estamos com os reservatórios completamente recuperados. No Sul, que tivemos três secas pesadíssimas e que no ano de 2002 nós não teríamos conseguido, mantido o nível de transmissão do ano de 2002, o Sul teria tido um apagão pesado nos últimos 3 anos, mas houve uma ampliação da transmissão. Então, de 2400 megawatts médios que se transportava para o Sul, chegava a 2600 se a gente fizesse muito esforço. Nós hoje temos quase 6 mil megawatts médios sendo transmitidos. Então, o país do ponto de vista da energia elétrica ele se reforçou sobremaneira, essa é uma constatação que nós todos temos de ter, tanto na área da transmissão quanto na área da geração. Bom, qual é o efeito do apagão? O efeito do apagão é pendular. Ele leva sobre oferta. 2003, 2004 e 2005 as empresas brasileiras estavam com excesso de energia descontratada. Por quê? Primeiro porque houve uma queda do mercado de energia violento, uma queda imensa.

Tanto é que as chamadas usinas botox são efeitos desta descontratação. O processo de contratação, de energia existente... [Corte de áudio] Então, hoje o país tem energia suficiente até 2010. Qual o problema que houve, relativo ao gás natural, esse problema relativo ao gás natural foi que nós não éramos, o Brasil não tinha uma cultura de gás natural. Ele não tinha. Então, a compatibilização entre as curvas de produção de poços de gás e o tempo de duração de uma hidroelétrica ninguém fazia. Hoje se faz. Então, se sabe quais são as necessidades para que você forneça 15 anos de gás sistematicamente. Esse processo resultou num grande esforço da Petrobrás que é o PLANGAS, o PLANGAS foi feito para garantir que esse problema do gás não ocorra. Hoje estão colocando, como o Senador Marconi Perillo disse, o problema em 2009, 2010. Eu lembro que em 2003,4, o problema estava em 2007. Eu respondi muitas questões sobre 2007. Não tem o menor problema em 2007, como não terá em 2009, 2010, porque, Senador, está sendo monitorado, leilões sistematicamente estão sendo feitos. Um dos objetos do PAC é justamente assegurar a energia do gás.

As hidroelétricas, aí eu vou responder ao outro Senador, principalmente as em implantação são para atender depois de 2010, se a gente não fizer hoje, não tem energia em 2010. Leva 5 anos para fazer uma hidroelétrica, cinco anos, então tem que fazer hoje para ter em 2010. Então eu acredito que o PAC, ele tem uma relação e é bom que se saiba que a relação, a necessidade de demanda de energia elétrica em relação ao PIB, está entre um e um e um e dois, então se o PIB crescer a 5, s

precisa, se precisa, se o POB crescer a 5, se você utilizar uma velocidade de 1,1, vai dar 5/2. Se o PIB crescer a 5, se eu usar uma elasticidade de 1,2, dá 6%, é geralmente isso. Então, eu não acredito que haja, não há taxa de crescimento de 7% de energia no Brasil há muitos anos, porque você precisa, você precisava de um país ainda sem um nível de maturidade de energia elétrica que hoje nós temos. Essa taxa de crescimento é real. Bom, eu queria também completar essa fala para o Angra III. O Governo hoje avalia a questão de Angra III dentro de um conceito de programa nuclear brasileiro. A empresa de planejamento energético, de pesquisa energética do país, aponta no seu plano de 10 anos, no horizonte de 10 anos e no de 15 anos a necessidade de utilização da fonte nuclear. Mas essa questão, ela não só tem esse aspecto energético, ele tem também um aspecto ambiental e um aspecto estratégico. Então essa é uma questão que está sendo discutida no âmbito do Governo do programa nuclear.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a Ministra Dilma Roussef e peço agora ao Senador, desculpe, ao Ministro Guido Mantega que a gente possa se ater ao tempo por que são 12:42, nós temos ainda 25 Senadores inscritos. Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu vou procurar ser breve. Queria retornar a colocação feita pelo Senador Marconi Perillo sobre os vários planos econômicos que foram praticados aqui no Brasil, certamente esses planos, cada um deu a sua contribuição e tiveram que se defrontar com situações e cenários completamente distintos, só para ficarmos nos mais recentes, o plano, os programas econômicos do Presidente Sarney se defrontavam com questões de inflação, desequilíbrio externo, o Presidente Collor também, inflação de 83, 84% e outros problemas, desequilíbrio fiscal, desequilíbrio das contas externas e a diferença do PAC em relação a esses programas é que nós superamos, claro, graças a ação desses Governos anteriores e também do nosso Governo, superamos essas crises todas. Então, a virtude do PAC é que é um programa de desenvolvimento, finalmente o nosso problema é o desenvolvimento. Então, coloca na Ordem do Dia a agenda do desenvolvimento uma vez superados, uma parte desses problemas que nos preocupavam. E, portanto, já respondendo também ao Sibá, ao Senador Sibá o Brasil já não está a mercê da economia mundial graças a essa ação que foi feita nesse período e a nossa acumulação de reservas, superávit comercial e tudo mais que nos levou a ter mais de 100 bilhões de dólares de reservas para fazer frente essa situação.

Então, hoje o Brasil não está mais a mercê. É claro que não vou dizer que não esteja suscetível a uma crise de grandes proporções porque qualquer país está, mesmo os países avançados. Mas, infinitamente menos de quando o Presidente Collor governou o país, ou o Presidente Sarney, aonde as nossas reservas eram muito inferiores. Agora, justamente porque nós tivemos essa melhoria da conta comercial que nós estamos acumulando superávits comerciais, nós hoje pagamos o preço do sucesso comercial do Brasil. Nós estamos arrecadando divisas externas

em grande quantidade, estamos tendo um superávit comercial de mais de 40 bilhões de dólares por ano e isto faz com que haja uma oferta grande de dólares no mercado brasileiro. O que pressiona a moeda brasileira. Evidentemente não é só isso, existem outros dois fatores que contribuem para que o câmbio esteja valorizado no Brasil. Uma outra, um outro fator é o juro mais elevado, o Brasil ainda pratica juros mais elevados, o que permite ganhos no Brasil em relação aos juros e outros países, ganhos de arbitragem, como se diz, a diferença entre o juro pago aqui dentro com o juro pago lá fora e também porque o Brasil, hoje, é cada vez mais seguro. O risco do país diminuiu. Então, diminuiu o risco, aumenta a oferta de moeda forte e você apresenta a possibilidade de um rendimento maior no país, com isto há uma sobre valorização cambial que de fato prejudica uma parte da produção e o Governo está fortemente preocupado com isto.

É em parte o resultado do nosso sucesso. Como nós estamos enfrentando este problema? Uma determinada valorização é inevitável, porque muita gente tem saudades do tempo em que o dólar valia três e meio reais ou 3.8 reais que foi quando assumimos o Governo. Mas é impossível ter uma economia estável, forte, gerando dólar com um câmbio de uma economia instável que era a situação que nós tínhamos. O Governo se empenha em comprar reservas cada vez mais. O Banco Central chegou a comprar, na semana passada, mais de um bilhão de dólares por dia, já estamos com 105 bilhões de modo que nós... E ao mesmo tempo nós esperamos que com uma taxa de crescimento maior da economia as importações aumentem. Não é possível você ter um crescimento das exportações e você ter o crescimento das importações. Então, ao aumentar as importações, também, num ritmo parecido com a das exportações, teremos um saldo comercial menor.

E, finalmente, os juros estão caindo, os juros estão caindo há 14 meses consecutivos. Estão caminhando em direção a um patamar de juros normais de países emergentes.... [Corte de áudio] Está se fazendo isso agora e caminhamos para juros que serão menos atrativos para esse tipo de capitais. Respondendo a questão do FGTS, foi levantada por dois Senadores e depois eu vou fechar, as aplicações, quer dizer, esse fundo de infra-estrutura foi criado com o objetivo de estimular ainda mais os investimentos em infra-estrutura que eu acho que é o grande desafio que temos hoje pela frente. Não dá para crescer 5, 6% no país se não tiver uma grande oferta de infra-estrutura. No caso do FGTS, nós estamos pegando a sobra de recursos, ou seja, o patrimônio líquido do Fundo de Garantia. O Fundo de Garantia tem ativos de mais de 120 bilhões. O patrimônio líquido é de 21 bilhões.

Então, 5 dos 21 iriam para estimular ainda mais uma nova alternativa para investimento em infra-estrutura.... [Corte de áudio] [soa a campainha] Que dá garantias para que o rendimento mínimo deste fundo seja o equivalente ao rendimento, hoje, do Fundo de Garantia, que é 3% mais TR. Isso está garantido, portanto, não haverá perda, só poderá haver ganhos. Nós acreditamos que empreendimentos de infra-estrutura que serão gerenciados pela Caixa Econômica Federal, que tem um padrão

eficiente de gerenciamento, basta ver os resultados que tem apresentado, será fiscalizado pelo conselho do FGTS, renderão, se fizer aplicação no setor elétrico, por exemplo, que está crescendo, que no mínimo apresenta uma remuneração de 8, 9, 10% ao ano é muito maior do que 3% mais TR. Portanto, é uma atividade rentável que onde vai melhorar ainda o Fundo de Garantia. Portanto, não se espera. Não vai ter perda. Mesmo por... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos agora dar prosseguimento à intervenção. Eu vou pedir também licença aos diversos Senadores, vamos fazer três minutos a pergunta, porque nós temos mais de 20 inscritos, senão, não haverá como todos falarem, são 14:50(F), nós vamos ter que interromper as 14 horas a sessão, você balança a cabeça porque você já falou, né Siba! Senão você não balançava, não. Mas vamos lá. Vamos fazer três minutos cada um. Próximo, Marcelo Crivella. Senador Marcelo Crivella, Rio de Janeiro. Três minutos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, eu gostaria de saudar os senhores Ministros e dizer que nós do Rio de Janeiro temos uma preocupação com o crescimento porque ligamos a violência do nosso Estado ao desemprego e achamos que o PAC muda o rumo no sentido de que fazer com que suas políticas macroeconômicos, na só agora defendam ó a moeda ou a estabilidade do país, mas também caminhe para o crescimento. Agora, três pontos, Ministro Mantega, Paulo e Ministra Dilma, me preocupa. Primeiro por que a gente faz um prazo de 4 anos para chegar a um juros de 10%. Acho que isso é desanimador, a gente continua a ter uma taxa de juros mais atrativo no sistema financeiro do que no sistema produtivo. Segundo. A gente tem também duas variáveis importantes a serem consideradas. Se nós tivermos crescimento econômico e tivermos uma taxa de câmbio valorizada, vai explodir a importação no nosso país.

A saída para isso é óbvia, é comprar ativos, mas aí também nós temos um problema de comparar a taxa de juros doméstica com a internacional. Mais uma razão para a gente baixar nossa taxa de juros. Uma coisa que me preocupa também é que eu acho que foi uma concessão que nós fizemos a pressões neoliberais, é conter a despesa da União com pessoal. Uma das grandes preocupações nossas é gestão. Nós vamos precisar pagar bem e contratar bons engenheiros, bons fiscais, policiais, projetistas. Não é esse o momento? É o objetivo de crescimento e se a gente quer ter também e foi aqui e a palestra do Ministro Guido começou de maneira, eu acho importante o que V. Exa. falou sobre demanda, que é uma palavra que estava esquecida nessa Casa noticio Governo há muito tempo, nós queremos retomar o crescimento retomando a demanda. É importante que a gente tenha nossos marcos regulatórios, nossas agências, mas na verdade o empresário quer lucro. Está aí a China que é um país sem democracia, sem eleições e que, no entanto, é destino da maior quantidade, do maior volume de investimentos americanos. Porque há lucro. Então, essas três preocupações. Juros, câmbio e a Ministra Dilma que vai ter a missão de

gerenciar isso tudo como fará se nós vamos limitar as despesas da União com contratação de pessoal. Mas eu quero parabenizar os Ministros e dizer que torcemos muito para que o PAC dê certo, que o país volte a crescer, principalmente nós do Estado do Rio que vivemos dias, vamos dizer, de crimes de barbárie e ligamos isso ao desemprego e a falta de crescimento. Muito obrigado, Senhor Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Marconi Perillo. Próximo Senador, Senador Fernando Collor. Alagoas. Desculpe.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Marconi Perillo não, é Crivella.

SR. PRESIDENTE ALOÍZIO MERCADANTE: Desculpe Marcelo Crivella, mas é um elogio, de qualquer forma, com um currículo destes, tenho certeza V. Exa. se sente prestigiado. Marcelo Crivella, nosso Senador PRB do Rio de Janeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É um elogio, mas eu sou desenvolvimentista, ele é neoliberal, então é bom não confundir as coisas aqui. [Risos].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Desculpe, Senador. Basta o senhor passar os olhos para ver o que foi feito em Goiás em termos de desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixando aqui nossas provocações de lado. Próximo Senador, Senador Fernando Collor de Mello, PTB, Alagoas.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Srs. Presidentes, Sra. Ministra, Srs. Ministros, o programa de aceleração do crescimento, é importante que a população saiba, representa um enorme esforço do Governo Federal, enorme, extraordinário esforço. É preciso ter ousar e ousar acreditando para lançar um programa como esse que o Brasil precisa e necessita. Acho que fundamental para que ele dê certo será a gestão dele. Quero apenas aqui lembrar um fato acontecido comigo antes de assumir a Presidência quando, fazendo conversas, tendo conversas com diversos economistas e alguns integrantes do mercado, eu perguntei a um deles, no mercado, essa coisa difusa, aparentemente difusa, mas que está sempre à espreita para dar o bote no Governo, eu perguntei qual era a expectativa que o mercado tinha das medidas que nós iríamos adotar e que não era do conhecimento ainda do público. E ele disse assim com muita tranqüilidade e até com uma certa ironia. Disse assim: Não, não se preocupe, Presidente, nós estamos preparados para qualquer cenário. Nós desenhamos todos os cenários possíveis, de modo a que nós possamos sempre ganhar do Governo. A grande diferença que tem de anos passados para cá é que o atual Governo, devido a competência da sua política econômica, está aí alicerçado com reservas da ordem de 100 bilhões de dólares. E isso eles respeitam. Isso eles respeitam. Mas eles também estão vendo que há no PAC uma desoneração fiscal de 6,6%, de que há uma correção do Imposto de Renda em 4,5%. De que há uma

correção salarial do IPCA mais 1,5%. E isso tudo ademais de todos esses... [soa a campainha]

Que significa uma renúncia fiscal, isso vai trazer , vai trazer a seguinte Pergunta: O Governo terá condições de manter o superávit fiscal de 4.25%? E se não conseguir manter, de que forma isso vai implicar na taxa de juros? E se essa taxa de juros mais adiante, não tendo esse superávit sendo alcançado, como essa taxa de juros irá se comportar? E essa taxa de juros, saindo da sua perspectiva de queda, como isso irá refletir no mercado que hoje, junto a sociedade brasileira, que hoje tem uma grande expectativa em relação ao programa? E gostaria também, senhor Presidente, com a sua permissão, os Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos e de infra-estrutura, apresentar um requerimento indicativo. Sei que não pode ser votado na sessão porque é uma audiência Pública, mas é um requerimento que nos termos regimentais em que requeiro a indicação ao Governo Federal para que tome a iniciativa de promover a realização da Terceira Conferência Mundial do meio ambiente e desenvolvimento, a Rio mais 20, em 2012, com sede no Rio de Janeiro. O Governo Federal dessa maneira vai dar, assim Agindo, estaria viabilizando dentro do PAC, o compromisso ambiental que lhe falta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Fernando Collor. E agora com a palavra o Senador Inácio Arruda, PC do B-Ceará.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados, Ministro Paulo Bernardo, Ministro Guido Mantega, Ministra Dilma. Eu fico muito feliz com não só a iniciativa do Debate, mas a iniciativa do Governo de retomar a questão do desenvolvimento. Quer dizer, nós mudamos, estamos discutindo desenvolvimento, acelerar o desenvolvimento. Isso muda tudo no Brasil. Segundo. O Estado deixou de ser estigmatizado, quer dizer, ele não é mais aquele elefante pesado, ele é um indutor do desenvolvimento convocando a iniciativa privada, convocando todos os agentes da sociedade para o desenvolvimento. Nós passamos um tempo grande, quase uma década inteira ou quase duas décadas com o Estado sendo estigmatizado e agora o Estado é convocado, é chamado para ser o grande indutor do desenvolvimento. Eu acho que isso é muito positivo, isso mexe com toda a sociedade brasileira. Acho que uma outra questão central é também a distribuição regional do projeto, embora haja uma concentração ainda muito forte dentro do Programa de Aceleração do Crescimento face a uma presença gigantesca da própria PETROBRÁS e aqui eu não vou falar de siderúrgica porque eu quero tratar, principalmente, da questão de uma outra fonte de energia, porque a PETROBRÁS está com uma parte significativa do programa de energia dentro do PAC.

Mas na nossa região, na região Nordeste brasileira nós temos uma fonte de energia alternativa que era importante que nós também pudéssemos acelerá-la. Como acelerar esta fonte de energia que está no PROINFA e que dentro do PAC, eu acho que a gente poderia buscar tirar

alguns entraves que vem sendo discutido uma delas que há pouco tempo debati com o setor que é o imposto de importação nessa área da energia eólica, equipamentos que podem ser adquiridos no exterior, são taxados e isso, talvez, a gente pudesse resolver. Quer dizer, você tem que comprar esses equipamentos lá fora e aqui dentro nós estamos com um custo altíssimo, nós poderíamos tratar de acelerar também num determinado período, nesse período aqui de dois anos, 3 anos e ofertar, quem sabe aí já de imediato 800 mil megawatts de energia eólica numa região como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, uma parte da Bahia e também no Sul do país, o Rio Grande do Sul é um dos Estados que também fornece energia eólica, uma fonte limpa de energia, quer dizer, com um selo mais do que ambiental. Eu acho que é uma grande alternativa. E o outro gargalo é a questão do transporte ferroviário. Acho que como a gente, nós estamos ali com a trans-nordestina, eu busquei aqui as páginas... [Corte de áudio] [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para concluir, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você vê que o Nordeste sempre tem muita sede. Esse transporte ferroviário eu busquei aqui nas páginas todas por que eu queria examinar exatamente como é que estava esse desenho do Transporte ferroviário. Eu acho que a gente deu um salto razoável do que a gente tinha. Mas é que quando olho o mapa do Brasil, quando a gente vê no mapa é que a gente vê ainda o tanto que nós temos que andar, o quanto a gente tem que andar, quer dizer, nós ainda somos o país dos caminhões, das Rodovias. Quer dizer, nos outros países do mundo aqui se fala em China, se fala em China, mas olha a malha ferroviária que eles estão montando lá. Se fala as vezes em Europa, Estados Unidos e etc..., mas olha a malha ferroviária que esses países dispõe e o tipo de transporte que eles estão trabalhando. Então eu acho que a minha pergunta era principalmente essa, primeiro questão dessa energia alternativa, essa energia eólica, está ali, nós temos uma série de investimentos nesses setores. Não quero ainda tratar da questão dos juros e da questão da TR na questão do Fundo de Garantia... [Corte de áudio] [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Inácio Arruda e pediria também aos Senadores que nós temos ali um tempo, eu estou marcando o tempo para que eles possam concluir o raciocínio dentro do tempo previsto. Tenho certeza que o plenário não vai protestar, mas vamos fazer uma permuta aqui porque aqui não há contradição entre desenvolvistas e neoliberais, os dois tem tido posições semelhantes no debates econômicos e políticos, Senador Arthur Virgílio, estamos trocando pelo Senador José Agripino, na forma de prestigiar a iderança sempre brilhante do Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Presidente Aloízio Mercadante, Presidente Marconi Perillo, senhores... Srs. Ministros Paulo Bernardo, Guido Mantega e Dilma Roussef. Eu queria rapidamente cumprimento a V. Exas. por terem vindo aqui para iniciar um processo de debate que na minha opinião é só o início porque com perguntas

reduzidas ao tempo de três minutos, com as disposições que foram feitas, nós vamos ter apenas um começo de debate, mas é um começo, de qualquer maneira salutar em torno de um assunto que interessa ao país e a nós temos que é a retomada do crescimento, é o desenvolvimento. Eu, enquanto ouvia as exposições fui chamado pela imprensa e lá fora me fizeram uma pergunta que era uma provocação. Será que isso de PAC não é uma renovação de primeiro emprego que eles entendem como uma coisa malsucedida? Outro saiu de lá e disse: Será que não é a reedição da retomada do crescimento anunciada como o espetáculo do crescimento que nunca aconteceu? Passa pela cabeça de muitas pessoas, senhores Ministros ,que o PAC é uma grande peça de encenação, é um enunciado de intenções com uma enorme carga de marketing para levar as pessoas o compromisso do Governo de retomar o crescimento. Aqui nesse plenário, de forma muito pragmática, foi colocada por muitos Senadores da base do Governo e da oposição que retomada de crescimento em termos macro você vai conseguir na hora em que conseguir domar o câmbio ou trouxer o câmbio para níveis compatíveis em que você domar os juros em que você fundamentalmente abaixar a carga tributária. Aí você criou as macro condições para que normalmente, por gravidade, se retome o crescimento.

Eu não quero discutir isso até porque eu tenho uma enorme boa vontade com tudo aquilo que vier em nome do desenvolvimento. Eu quero dizer a V. Exas. que eu vou tentar convencer o meu partido e não terei dificuldade em votar tudo do PAC que for favorável ao desenvolvimento. Agora, nada que seja vender gato por lebre eu levarei. Eu tenho uma preocupação, 503 ou 504 bilhões de investimentos, parte, grande parte deles, oriundos de uma presunção do crescimento do país a 5%, na minha opinião e na opinião de muita gente é uma temeridade. Queria eu que o país crescesse a 5%, mas quem é que assevera isso? Quem é que diz que os economistas que falam que o país não crescerá mais do que 3% e se crescer a 5 o gargalo do apagão elétrico vai acontecer? Não são eles que estão certos? Então, o que é que eu desejo? Assegurar a V. Exas. que o debate que vai ser levado a efeito no Senado vai ser levado em termos patrióticos, mas em termos reais. Aquilo que for irreal vai receber, o nosso voto contrário. Eu queria só mais um minutinho, Presidente, para concluir. O que é que eu penso fundamentalmente? Eu advogo as coisas naturais. Eu tenho razões para desconfiar de anúncios que são feitos e que não acontecem.

Eu queria fazer uma pergunta, creio que a Ministra Dilma Roussef, o Ministro Paulo Bernardo, não sei quem poderia me responder melhor? Em abril de 2003, há 4 anos atrás o Governo anunciou a aplicação de 5.3 bilhões de reais com dinheiro do FAT, do FARC e da Caixa Econômica para um grande programa de saneamento, de assentamento rural, 1200 casas e de construção de moradias. Curiosamente em 4 anos depois, 5 bilhões de reais, agora com o dinheiro da Caixa Econômica são anunciados para investimentos no mesmo segmento. O que é que aconteceu com aquele programa que anunciava 5.3 bilhões? Eu nunca vi nenhum anúncio de resultado. Ouvi muito o anúncio de que agora... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pediria ao Senador José Agripino que concluísse. Nós já demos um minuto de tolerância pela importância da vossa intervenção.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Eu vou concluir, Presidente. Os 5.3 bilhões foram anunciados com grande alarde. Eu não conheço os resultados. Outra coisa. Eu acredito muito nas coisas naturais. Eu não compreendo e queria uma resposta conclusiva de V. Exas. Há previsão de investimentos maciços em diversas áreas em que você vai forçar situações. Por outro lado, deixa eu voltar para o meu Estado. No Rio Grande do Norte existe uma planta da PETROBRÁS que produz gás que poderia produzir eteno e ao lado desta planta existe uma termoelétrica chamada Termo Sul que está em vias de conclusão e as salinas de Areia Branca e Macau. V. Exas. devem saber que energia elétrica mais sal, por hidrólise produz-se cloro... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, eu pediria só que concluísse, mesmo, nós já demos 5 minutos a V. Exa. que foi o tempo mais generoso de todo o plenário.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Com mais um minuto eu concluo. Se produz numa região do Brasil carente de emprego Soda Cáustica e cloro. Numa outra região a 40 quilômetros de distância você tem produção de gás da Petrobrás que pode produzir eteno. Eteno mais cloro produz resina de PVC para uma região pobre, carente de emprego e que deveria merecer a atenção privilegiada do Governo. Ao invés de se fazer uma fábrica de resina de PVC no Rio Grande do Norte, está se fazendo um pólo petroquímico de gás com a Bolívia, na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, prejudicando os investimentos que o Rio Grande do Norte pleiteava numa vocação natural onde há uma justaposição de oportunidades, para deslocar não sei por que razões, para a fronteira Mato Grosso, Bolívia, a partir de gás boliviano e não gás potiguar. Em cima, portanto, de vocações naturais é que eu pediria uma explicação. Por quê que o PAC, que prevê tanta coisa não objetiva suas ações em cima de vocações naturais?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador José Agripino e agora o próximo inscrito o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Ninguém em sã consciência, sendo brasileiro como nós somos, poderíamos objetar ou criar dificuldades à implementação de um plano que venha ao encontro de um antigo sonho que, infelizmente, ainda não se concretizou, de tornar o Brasil um país igual, desenvolvido, um país em harmonia consigo mesmo, longe da violência, contando com postos de trabalho em todas as capitais e também na zona rural. Para acelerar o meu tempo eu gostaria também de enfatizar de que este projeto, esse Programa de Aceleração do Crescimento traz um grande recado, traz aquilo que vive na alma de todos nós brasileiros que propugnamos por justiça social que o Governo não está preocupado única e exclusivamente

com resultados econômicos, mas também com a primazia de resultados sociais, haja vista a implementação de programas sociais e nas grandes capitais, nas periferias urbanas onde acontecem grandes índices de desemprego e de violência. Mas antes de terminar a minha participação nesse debate, eu gostaria de fazer uma reflexão rápida sobre a necessidade imperiosa de o Governo estabelecer uma certa tranqüilidade, um certo equilíbrio no que diz respeito à segurança de um programa de revitalização do Rio São Francisco, fazendo com que a Câmara dos Deputados acelere o processo da aprovação de uma PEC da autoria do Senado Federal que eu fui o seu primeiro iniciante que já está na Câmara dos Deputados há 4 anos e há uma, nos corredores do Congresso Nacional de que a equipe econômica do Governo, principalmente o Ministro da Fazenda com quem eu já tive oportunidade de conversar, apenas é só um desmentido que eu quero, de que haveria resistência do Ministério da Fazenda quanto a aprovação dessa PEC que faz uma pequena vinculação de recursos da União e agora dos Estados e Municípios. Então, eu gostaria de perguntar se há realmente o interesse do Governo, porque o Presidente da República já se manifestou de forma pública favorável a esta aprovação desta PEC, se o Ministério da Fazenda apóia integralmente a aprovação dessa proposta do Congresso Nacional? Porque tenho certeza absoluta que iria resolver em definitivo mais de 500 anos de degradação que o rio São Francisco tem sido... [Corte de áudio]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, com a utilização da palavra pelo Senador Antônio Carlos Valadares, informo que apesar de haver a faculdade da réplica para que haja o contraditório e em função da limitação do tempo nós vamos abrir mão dessa faculdade e depois vamos usar a tribuna para os devidos esclarecimentos. Com a palavra o ilustre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Ministra Dilma Roussef, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo. Apesar de ter alguma, algum ceticismo com relação ao PAC e isso decorre basicamente do fato de que são tímidas algumas metas como a redução dos gastos públicos, a redução da taxa de juros e a desoneração tributária, devo reconhecer que há uma mudança de perfil do primeiro Governo do Presidente Lula com o atual, o atual Governo recentemente instalado. O PAC é um marco, porque substituiu-se a discussão daquele arroz com feijão de estabilidade econômica com a questão da taxa de juros e passou-se a discutir a questão do desenvolvimento econômico. Tive duas oportunidades, nesse curto período que estou aqui no Senado, de interagir com o gabinete civil da Presidência da República comandada por V. Exa., Ministra Dilma Roussef e confesso que nas duas oportunidades tive uma impressão muito boa da forma pela qual V. Exa. administra a Casa Civil. Nas duas oportunidades a missão a que propusemos foi bem... [soa a campainha] Bem, encaminhada. Portanto,

tenho algumas razões para acreditar que alguma coisa pode mudar. No entanto, Ministra, quando se analisa o PAC e V. Exa. aqui disse que dos critérios de seleção, um deles foi a fonte, a forte, o forte potencial para gerar retorno, observamos que a região Centro-Oeste que é a região que da qual o meu Estado integra foi muito pouco aquinhoada. E o caso de Mato Grosso do Sul praticamente não foi aquinhoado com nada. Teve ali a BR-158, a ponte Brasilândia...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já vou terminar, Excelência. [soa a campainha]

Eu acho que V. Exa. tem que descontar depois essas interrupções também, Excelência. Então, tem duas obras que foram aquinhoadas. No entanto, numa dessas audiências que eu tive com V. Exa. e daí a minha boa impressão, V. Exa. sabendo que realmente Mato Grosso do Sul estava sendo omitido abraçou uma discussão, a discussão do Poliduto e hoje V. Exa. se referiu como uma das metas em estudo no PAC. E veja o seguinte: Eu acho que o Governo poderá se tornar a grande alavanca do desenvolvimento se efetivamente abraçar esta meta do biocombustível. E Mato Grosso do Sul, Excelência... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador, não é mais possível... Já foi concedido um minuto a mais a V. Exa. Existem...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Parece até que V. Exa. não está querendo defender a nossa região.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador, existem 20 Senadores inscritos. Sr. Senador, existem 20 Senadores inscritos, nós só temos 42 minutos. Não é possível, senhor Senador, eu vou conceder mais um minuto a V. Exa, certamente em detrimento aos demais Senadores inscritos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, Excelência, o que eu quero dizer que estudos da Petrobrás indicam Mato Grosso do Sul com a possibilidade, com o potencial de ser responsável por 20% de toda a produção de etanol do Brasil. Está certo? Então, o que eu quero, a razão da minha intervenção basicamente é rogar aqui a V. Exa. que dando seguimento a aquela conversa que foi tida na Casa Civil que abrace essa causa. Mato Grosso do Sul está dentro desse perfil que V. Exa. tratou, a questão do retorno, a questão da potencialidade. Então, o Poliduto para Mato Grosso do Sul e para o PAC é da mais alta significação porque se insere dentro da logística que tem sido propalada como uma das razões, fundamento do PAC. Era esse... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Valter Pereira. Concedo a palavra a ilustre Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigado Presidente, Srs. Ministros, senhora Ministra Dilma Roussef, eu gostaria de dirigir a primeira

pergunta à Ministra Dilma com relação a infra-estrutura de logística, nós temos um gargalo imenso por esse Brasil afora, que onera o custo da nossa produção, especialmente da produção agropecuária. E o PAC nos revela a prioridade que continua a prioridade da matriz de transporte investida, ou seja, 57% dos recursos para Rodovia e apenas 1.3% para as Hidrovias. A China tem 50% do seu transporte em cima de Hidrovia, o Brasil apenas 13%. A eclusa de Lajeado, ela deixou de ser construída, concomitante com a hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães. Se fosse construída à época simultaneamente ela teria custado 380 milhões de reais aos cofres públicos. E se hoje ela for construída, ela custará 624 milhões de reais. Quero aqui chamar a atenção da necessidade a senhora Ministra de priorizar recursos no PAC para a construção da eclusa de Lajeado, da usina de Luís Eduardo Magalhães e também dizer a senhora que o projeto da usina hidroelétrica de Estreito, também no Rio Tocantins, no meu Estado do Tocantins, ela não tem o projeto Executivo da eclusa. A empresa não se sentiu obrigada nem pelo Ministério dos Transportes e nem pelo meio ambiente em fazer o projeto da construção da eclusa.

E quero informar a senhora que também sou desenvolvimentista e nós vamos trabalhar duro junto com o Governo do Estado e toda bancada para a não construção da usina do Estreito sem a eclusa que nós tanto precisamos. Então eu gostaria, essa é a primeira pergunta de pedir à senhora que reconsiderasse também a inclusão no só da eclusa de Tucuruí, mas da usina de Lajeado no Tocantins. A senhora falou muito em gargalos e eu quero aqui entregar agora há pouco um trabalho para a senhora que a Confederação Nacional da agricultura fez com relação aos gargalos na logística de transporte, nada de investimento, apenas ações que não custam um centavo do Governo Federal e que poderiam melhorar em muito a condição do transporte da logística do nosso país, de cargas. A ANTAC, senhora Ministra, já pediu por duas vezes ao Ministério do Transportes intervenção no Porto de Paranaguá. Nós estamos com um custo de 50 mil dólares por dia, por dia parado e hora parada no Porto de Paranaguá, Rio Grande e Santos, especialmente no Porto de Paranaguá. Nós estamos pagando um bilhão de dólares por ano de multa por falta de dragagem nesses portos. E não é por falta de dinheiro, Ministra, nós sabemos que aquele adicional de tarifa, a INFRAMAR, é suficiente para que essas dragagens pudessem ter acontecido e o Ministério do Transporte não toma, que é o concessionário, não... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Senadora, mais um minuto para a conclusão.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): E o Ministério dos Transportes não toma nenhuma providência para que os 50 milhões de reais que estão nos cofres de Paranaguá, dessa tarifa que é exclusivamente para dragagem, não toma providências necessárias para que a dragagem pudesse ser feita, então a senhora repare que não vai gastar um centavo do Governo Federal, o dinheiro está na conta. O Porto de Rio Grande, o recurso é misturado no caixa do Estado, é difícil de identificar os valores que lá nós temos. Então, já tem dois acordes do Supremo, do Tribunal de Contas da União e dois pedidos de intervenção

da ANTAC e nada foi feito em Paranaguá para que o produtor rural possa deixar de pagar prêmios negativos pela incompetência da administração dos portos brasileiros. Quero aqui parabenizar V. Exa. pela questão dos defensivos genéricos que também era um grande gargalo para o aceleramento do desenvolvimento brasileiro e a Casa Civil foi bastante ágil na definição junto com a Dra. Teresa Campelo para que a gente pudesse sanear esse problema. Então, eu gostaria que de mesma forma... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a Senadora Kátia Abreu, com a palavra a ilustre Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senhor Presidente, senhores Ministros, senhor Senador Mercadante, foi colocado aqui os investimentos públicos e o Ministro Paulo Bernardo apontou que um dos objetivos, também do PAC, seria propiciar um ambiente favorável aos negócios citando para isso a Comissão, a criação de uma Comissão para Reforma Tributária, a criação de um fórum para a previdência, as agências reguladoras e eu não vi, não sei se eu estou equivocada, V. Exa. colocar a questão da Reforma Trabalhista que eu acho que também é um dos grandes gargalos que impede, que leva o custo Brasil. A segunda pergunta que eu gostaria de fazer, senhores Ministros, eu sou Presidente da Comissão de desenvolvimento regional, o PAC contempla a SUDAM e a SUDENE. Nós trabalhamos aqui o ano todo discutindo esses projetos e os recebemos de volta com dez vetos, fazendo com que esses organismos percam a sua eficácia. Eu gostaria de saber a opinião dos senhores Ministros a respeito desses vetos e qual o destino que está reservado para a SUDECO que já está na Comissão de Justiça?

E eu gostaria de dizer, senhores Ministros, que nós recebemos esses vetos e nenhum sinal para negociar esses vetos ou para explicar os vetos àquela Comissão. Segunda coisa que eu gostaria de colocar diz respeito à RID, região integrada do Distrito Federal, o PAC também contempla projetos pontuais para a RID, Ministro Bernardo. Projetos pontuais para a RID. Sabendo V. Exa. que nós temos uma carta convite já analisada pelo Ministério das Cidades, já analisada pelo Ministério da Integração Nacional e que, contempla a RID como um todo, na área do lixo, do saneamento, da infra-estrutura, enfim, em tudo, enquanto nós estamos aí com um projeto pontual e por último, eu gostaria de dizer em relação ao meu Estado,ao estado de Goiás, no que diz respeito a logística. Nós temos um projeto importantíssimo feito entre o BID e o Estado de Goiás, um projeto importante mostrando os gargalos da nossa logística e, no entanto, a gente vê no PAC a saída Leste que é importantíssima para o Estado de Goiás não contemplada. Enquanto esse projeto sequer foi analisado para estabelecer as prioridades. Portanto, deixo aqui os meus agradecimentos e essas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB: Parabenizo a Sra. Lúcia Vânia pela economicidade do tempo, quero dizer que me associo a ela, todas as reivindicações referentes ao nosso Estado. Com a palavra o ilustre Senador Aloízio Mercadante, Presidente da

Comissão de assuntos econômicos, para falar como autor do requerimento. Como ele é o Presidente da Comissão também autor do requerimento, quero conceder a ele o tempo de 5 minutos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço e vou buscar ser o mais breve possível. Eu, primeiro, compartilho com a visão daqueles Senadores formadores de opinião, que reconhecem que o PAC é uma reflexão na política econômica relevante. É relevante primeiro porque abre o debate sobre o crescimento econômico rompendo essa cultura da estagnação que nós estamos presos nas últimas décadas e aponta a direção correta, reduz o superávit primário, estabelece prioridades claras e precisas, quer dizer, investimento público em energia prioritariamente, em logística e infra-estrutura social e de habitação e saneamento. E além disso impulsiona um novo padrão de financiamento público para alavancar os investimentos. Eu acho que é um equívoco da oposição não reconhecer. O mérito dessa inflexão, da direção e do sentido que está sendo apontado. Segundo. Como dizia [inaudível], que não tem, eu diria, uma formulação mais avançada ainda, quer dizer, não tem poupança sem investimento. Quando a gente define um projeto de investimento, a gente cria condições de alavancar a poupança. Então quando nós estamos desenhando projetos claros de infra-estrutura nas regiões, nos setores, nós estamos viabilizando uma perspectiva de crescimento econômico segura para o Brasil. Agora, de outro lado eu compartilho com aqueles que acham que nós não atingiremos 5% de crescimento do PIB se não houver uma inflexão na política monetária cambial.

E aí, Ministro Guido Mantega, meu parceiro, sei que V. Exa. compartilha de muito do que eu penso sobre este assunto. É verdade que a taxa de juros cai a 14 meses, mas há 11 meses está abaixo da meta e muito abaixo da meta. A projeção do mercado para inflação futura é 4% para esse ano, 4,1 para o ano que vem. Há espaço na política monetária. Se é verdade que nós temos hoje uma turbulência decorrente da China, nós não a tínhamos no período anterior e, talvez, possamos não ter até a próxima reunião do COPOM. Espero que a gente não tenha. O Governo tem que explorar a política monetária e a meta definida pelo Governo não é a meta do Banco Central hoje. E eu que debati tanto a questão da meta no futuro e vejo hoje que alguns, inclusive, que estavam no Governo reconhecem que nós tínhamos razão naquela ocasião que aquilo abortou o crescimento econômico, quero insistir que há espaço na política monetária e é fundamental a atenção no Governo na política cambial, o real está virando o principal produto de exportação no Brasil. O fluxo de entrada de capital em bolsa, sobretudo de renda fixa está levando a uma apreciação indevida da moeda, nós vamos ter a safra agrícola agora, recorde, com os preços avantajados, vão entrar pelo menos mais 16 bilhões de dólares. O Governo precisa estar muito atento à questão do câmbio e não basta comprar reservas cambiais. E dou um exemplo: A indústria de transformação, ano passado, cresceu 1,9%, dou dois exemplos, Ministro Guido e pediria especialmente a V. Exa. uma atenção especial. Calçados. As exportações em calçados nos últimos 4 anos, cresceram 141%. O ano passado o emprego no setor caiu 13%. Têxtil. Nos últimos 4 anos, as importações cresceram 180% e dou aqui para o Senado Federal um

exemplo: A China, quando a gente olha o balanço de pagamento da China, saíram da China 37 milhões de toneladas de produto têxtil. Quando se olha a Receita Federal aqui, Rachid, só entraram 22 milhões, 15 milhões entraram sem a fiscalização da Receita Federal de produtos têxteis da China no Brasil, um setor que emprega 3 milhões de pessoas. Nós temos que aperfeiçoar ainda mais a fiscalização e muito rigor na fiscalização, nós temos que discutir tarifas em setores específicos e em alguns casos como calçados, por exemplo, que é intensivo de mão-de-obra e cadeia curta, o PIS/COFINS aumentou a carga tributária.

Então nós precisamos de políticas específicas em alguns casos para proteger setores com grande impacto no emprego. Quero ainda sugerir, Ministra Dilma Roussef. Acho que o PAC tem que ter uma ousadia na questão da inovação científica tecnológica, na perspectiva da sociedade do conhecimento e na inclusão digital. [soa a campainha] Acho, eu fiquei entusiasmado com o discurso que o Presidente Lula fez nesse plenário dizendo: Até o final do meu Governo, todas as escolas públicas, ele repetiu, todas as escolas públicas terão banda larga e computador na escola. Isso significa um investimento, em 5 anos, de 9 bilhões de reais. Nós precisaríamos de 6 bilhões de reais para fazer a infra-estrutura nas teles, 3 milhões de reais para comprar os computadores, nós precisaríamos de 2 milhões de computadores, para que as 42 milhões de crianças e os dois milhões e meio de professores tivessem acesso a informática. Eu acho isso revolucionário, inovador, decisivo e vou apresentar uma proposta nessa direção, Ministro, exigindo que o FUST seja canalizado nessa perspectiva.

Não dá mais para o FUST ser utilizado como foi desde o dia da sua criação só para fazer superávit primário, nós precisamos do FUST para financiar um programa de grande alcance social, estratégico, de inovação, que é botar essa geração dentro da internet e realmente apontar como a sociedade do futuro.... [Corte de áudio] Devia ser uma das grandes prioridades do PAC e não está definido enquanto tal ainda há tempo de corrigir e espero que a gente consiga avançar nessa perspectiva. Eu tinha alguns outros temas para, mas em respeito aos diversos Senadores, fico por aqui e vejo, Senador Marconi Perillo, nós não temos outra alternativa a não ser fazer mais uma audiência, que o pessoal quer discutir, quer aprofundar, quer debater, evidente que os Ministros tem muitas responsabilidades, mas nós poderíamos dar um prazo, nós temos tempo até o PAC chegar no Senado, mas tenho certeza que na CAE o pessoal vai querer continuar esse debate e na infra-estrutura também, nós podemos já,juntos, marcarmos uma nova audiência para continuar essa discussão, promissora e qualificada que vai ajudar a aprimorar a política pública do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do ilustre Senador Aloísio, Presidente da CAE concedo a palavra pela ordem de inscrição a ilustre Senadora Serys Slhessarenko.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senador Marconi Perillo, Presidente da infra-estrutura, Senador Mercadante, Presidente da

CAE, Srs. Ministros, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e Sr. Ministro Mantega, Sr. Ministro Paulo Bernardo e em especial, muito em especial a minha homenagem à Ministra Dilma Roussef. Neste mês que nós temos o Dia Internacional da Mulher, Ministra, com certeza a mulher brasileira tem muito orgulho da senhora. Eu assisti a primeira apresentação do PAC em Salvador feito pela Ministra Dilma e pelo Ministro Paulo Bernardo. Fiquei muito entusiasmada, realmente. Entusiasmada que pela primeira vez nos parece que um programa nesse país vê o Brasil por inteiro. Entusiasmaram outras questões também, com certeza, como os 11 bilhões para o fundo, para o combate das desigualdades regionais, vamos dizer assim e também entusiasmada por ver que o meu Estado do Mato Grosso ainda precisa muito mais, com certeza, mas nós já vemos aí contemplada, a questão da 163, da 364, da 158, da 242, Ferronorte e alguma coisa na área de Hidrovias também. Isso para Mato Grosso que é hoje esse potencial gigantesco de possibilidades de desenvolvimento principalmente na agricultura para exportação, mas também na agricultura familiar.

Eu diria que eu estou, tamanho entusiasmo que eu já fiz até aqui uma síntese do PAC, estou saindo para explicar no Estado inteiro. Eu acho que isso todos nós deveríamos fazer também. Discutir com as lideranças, cada um de seus Estados, nos seus Estados, o PAC, para que haja um entendimento de todas as autoridades e lideranças Municipais e etc. do que significa isso aqui para que ele tenha condições de avançar e mais rápido, talvez, do que se espere. Uma das questões que eu ia colocar, a Senadora Lúcia Vânia já colocou, que era a questão da SUDECO, como os senhores enxergam essa questão da possibilidade da SUDECO? E também sei que não está no PAC, porque essa questão não entrou, a questão de um Poliduto ou dutos porque nós em Mato Grosso temos aí um potencial gigantesco de etanol, álcool, biocombustível, etc., sei que está fora do PAC, mas como isso é visto e pode ser tratado também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação da Senadora Serys. Concedo a palavra pela ordem de inscrição ao ilustre Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Srs. Presidentes, Senadores Marconi Perillo e Aloízio Mercadante, Sra. Ministra Dilma Roussef, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Sr. Ministro Guido Mantega. O Governo Lula apostou no seu primeiro Governo nas reformas e enviou para o Congresso Nacional a Reforma Tributária, enviou para o Congresso a Reforma Previdenciária e faltaram as reformas trabalhistas, a reforma trabalhista e outras de previdência e outras reformas que hão de compreender os Ministros que se tornaram a tônica de que o país só alcançaria um crescimento sustentável se ele levasse à frente esse processo reformista. Aí de repente a Reforma Tributária... Eu sei que a culpa não é só do Governo.

A Reforma Tributária parou no meio do caminho, a Reforma Previdenciária não foi concluída como deveria ser, a Reforma Trabalhista não foi enviada e eu pergunto: O Governo tem todos os méritos quando consegue alcançar o superávit fiscal, tem todos os méritos quando

consegue alcançar o superávit comercial. Mas fica uma cabeça sem corpo, senhor Presidente, ou um corpo, desculpa, ou um corpo sem cabeça porque o Governo fez a base, mas quando deveria cimentar aquela base para fazer as reformas pulou para fazer, então, as obras de infra-estrutura, deu esse salto que nós precisamos saber se o trapezista tem por baixo a rede ou se não terá. Por outro lado é só para concluir. A obra de transposição das bacias, muita gente pensa que é uma obra apenas de recursos hídricos, de transposição de recursos hídricos, de onde tem água, para onde não tem água. Mas eu sei que é uma obra, é uma obra de saneamento... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO(PSDB-GO): Senador Garibaldi, nosso tempo está extremamente escasso, eu pediria mais um minuto apenas para conclusão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, nós temos o programa de redução de perdas e uso da água, o programa de abastecimento de águas às pequenas comunidades situadas ao longo dos canais da transposição. Mas o que se diz é que será feito só o canal, o primeiro canal que beneficia Pernambuco e Paraíba e não será feito o canal que beneficia Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, porque nós não teremos os recursos suficientes para isso. Então, eu gostaria de ter uma garantia, Sr. Presidente, através dos senhores Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra em permuta com a ilustre Senadora Marisa Serrano, o ilustre líder Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu vou ficar exatamente nos meus três minutos. Eu prometo isso solenemente. E por isso, Ministra Dilma, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo, meu querido amigo, eu vou me reportar tão somente a um item que é a Medida Provisória 352 que tem muito a ver com o futuro tecnológico do país e, portanto, ela é relevante sim, eu não sou a favor, eu sou contra a crença demasiada no Estado, isso é ruim no PAC, vejo algumas inocuidades mesmo com positivo foco no investimento, isso é muito positivo. Não espero nenhum milagre quanto ao crescimento econômico, agora a Medida Provisória 352 é importante, ela trata da transmissão e trata da recepção de tecnologia digital e ela é relevante. Agora, no ano passado e o período eleitoral atrapalhava a compreensão daquilo eu denunciei e o Ministro Paulo Bernardo e a Ministra Dilma me conhecem, V. Exa. nem tanto, eu sou uma pessoa de boa-fé mesmo.

Eu denunciei porque eu tinha a convicção de que haviam gestado no MEDIC uma Medida Provisória que seria muito nociva aos interesses do Pólo Industrial de Manaus. Depois veio, ou seja, eu tenho convicção de que aquilo existia. E tenho convicção de que, talvez, a intervenção do Presidente, talvez os fatos, a própria denúncia, a denúncia, por isso é muito bom oposição. Veio com outro formato a Medida Provisória 352 com a intenção de garantir a tecnologia de TV digital para o meu Estado, mas faltam dois senões a serem corrigidos, sem o que não haverá conclusão

positiva dessa tentativa de garantia, Ministra e Ministro Mantega e se não houver possibilidade para fabricação dos [inaudível], daqui a pouco, quando os [inaudível] forem construídos dentro, forem para funcionarem dentro das TVs, começará a haver um sério perigo de concorrência, não a fabricação dos [inaudível] em outros Estados, mas sim, vai haver competição com a fabricação de TVs.

Do mesmo modo, do mesmo modo quando nós falamos na, nós temos os [inaudível] e temos os CRT'S ficam conosco, a parte obsoleta. Os displays para entretenimento, se não se disser claramente que o que diz respeito a entretenimento, os display para monitores de vídeo, para televisores e se não se disser que o ligado a entretenimento fica com o Amazonas, com exclusividade em incentivos fiscais, amanhã se fabrica isso em outro lugar, fabrica televisão em cima dessa brecha e o Amazonas não terá como competir de maneira igual com Estados que tem condições locacionais mais vantajosas. É mais, não é nem uma pergunta, é mais uma advertência que faço, por que não quero duvidar da boa vontade do Governo, quero dizer apenas que se outros Estados não conseguirem isso não ganham nada, se o meu não conseguir, ele perde o seu principal pólo que é o eletro eletrônico, responsável por 63% do faturamento, por metade dos empregos. [soa a campainha] Não cumpri a palavra, é uma tristeza, mas eu vou concluir em 15 segundos. E é, portanto, uma calamidade o que se avizinha para lá. Eu quero reconhecer que houve esforço, sim, porque enfrentaram forças, houve esforço do Governo para responder positivamente a isso, mas tem que observar esses dois itens sem o que a garantia não é completa e sem essa garantia nós podemos perder o principal sustentáculo da economia do meu Estado, que aliás conserva 98% da sua cobertura florestal, graças ao Pólo Industrial de Manaus, fora disso, nós teríamos a realidade do desmatamento, está mais do que na moda nós nos preocuparmos mesmo com a preservação da Amazônia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ainda existem oito Senadores inscritos, Senadores e Senadoras. Eu consulto ao plenário se há concordância, em que pese o regimento estabelecer o prazo de 14 horas, para que nós possamos adiar a sessão por mais 20 minutos e após, por mais 30 minutos? Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a prorrogação do tempo dessa sessão até as 14:30 horas. Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Marconi, Senador Presidente da CAE, Aloízio Mercadante, quero comprimentar a Ministra Dilma Roussef, o Ministro Guido Mantega e o Ministro Paulo Bernardo pela ação coordenada que desenvolveram no programa de aceleração do crescimento que tem entre outros objetivos o de estimular os investimentos privados a partir de investimentos bem ordenados no setor público em obras de infra-estrutura. As minhas dúvidas referem-se primeiro a aquilo que será feito com o rio São Francisco. Há consenso sobre a revitalização do rio. No que diz respeito à transposição, entretanto, ainda não foram inteiramente dirimidas as

questões a que se referem estudiosos como os professores Assis Absaber(F), Aldo Rebouças, Abner Curado, João Suassuna, Washington Novaes e em especial o Bispo Dom Luís Flávio Capio, que comoveu a nação quando realizou uma greve de fome, no ano passado, para que o governo melhor reavaliasse a sua decisão de levar adiante a transposição das águas do São Francisco para o Nordeste cetentrional. Ainda há poucos dias Leonardo Boff fez uma advertência em seu artigo na Agência Carta Maior, onde espôs que seria importante que se pudesse ouvir o apelo de Dom Luís Flávio Capio, que ainda no último dia 23 de fevereiro encaminhou uma carta ao Presidente pedindo que fosse assegurado o compromisso que no ano passado foi estabelecido entre o então Ministro Jacques Wagner, hoje Governador da Bahia, quando assegurou que a decisão sobre aquilo aguardaria a conclusão do debate sobre todos os prós e contras da referida transposição. E eu pergunto se considera o Governo que já foi concluído o debate de prós e contras, ainda que nas palavras da carta de Dom Luís Flávio Capio, isto ainda não teria acontecido. Eu vou ficar apenas nessa pergunta para respeitar o tempo, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão de V. Exa. Senador Suplicy. Concedo a palavra ao líder Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sra. Ministra Dilma Roussef, Srs. Ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo, Sras. e Srs. Senadores. Eu sei que tudo já foi perguntado e quem fala por último corre o risco de ser repetitivo, mas eu ainda me preocupo, senhora Ministra Dilma, com a questão da energia, nós sabemos que existe uma certa garantia com as usinas que vão entrar em operações, com a energia nova. Mas se isso não acontecer porque tem projetos que ainda estão enrolados com questões ambientais e poderão sofrer processo de continuidade. Me preocupa também na área mais da economia a reindexação do salário mínimo e também a indexação da despesa com o pessoal do serviço público, isso poderá também indexar os preços dos produtos, eu vou abreviar aqui, acelerar um pouco, ao Ministro Guido Mantega também, quais são as medidas que o senhor pretende tomar para cortar os gastos correntes que estão perto dos 19 pontos percentuais? Praticamente isso tudo já foi falado.

Como será compensado a possível redução do Superávit primário de Estados e Municípios caso estes venham a tomar os empréstimos permitidos pelo PAC, como os do saneamento básico, habitação populares, a meta da LDO é de 1.10 do PIB e atualmente estes entes contribuem com o superávit de 1.21. Quais são as expectativas de maiores desonerações tributárias e redução da carga tributária, já ultrapassa aos 38%? Eu não tenho nenhuma dúvida, senhores Ministros, senhoras e senhores Senadores, que o PAC é um programa importante. Eu falava com o Presidente da República no ano passado, numa viagem à Bolívia, de que se não seria necessário lançar um programa a exemplo do avança Brasil? Não para copiar. Aí o Presidente me falou o que o avança Brasil não deu certo, que muitas obras ficaram inacabadas, mas o PAC, eu

acredito que seja diferente, ainda bem que o Presidente lançou esse programa porque com o advento do PPI não há contingenciamento, 11, 12 bilhões por ano que vão ser investidos, mais os recursos das Estatais que também não sofrem muito contingenciamento, eu acredito que se não 100%, mas grande parte desses recursos previstos serão investidos em obras de infra-estrutura no país. Era isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa agradece a compreensão do ilustre Senador Valdir Raupp e passa a palavra ao ilustre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero saudar os Presidentes da Comissão de Infra-estrutura e assuntos econômicos, senhores Ministros que comparecem a essa audiência pública e quero iniciar rapidamente fazendo minhas as palavras do Senador Mercadante na sua colocação. Não poderia ser, não poderia, Senador Mercadante, colocar tão claramente como V. Exa. colocou todas as dúvidas com relação à questão da, do desenvolvimento versus política macroeconômica do Governo. Quero fazer também já, desde já. V. Exa. tem sido, como já foi na outra reunião com o Banco Central, o líder da oposição no plenário do Senado. Eu quero aqui louvar e parabenizar a apresentação do PAC. Acho que é como já foi dito, uma inflexão e diria, até plageando o lema de Minas Gerais com relação a liberdade, que trazer a pauta da discussão de desenvolvimento antes tarde do que nunca. Já perdemos 4 anos e dizer, como bem colocou aqui o Senador Raupp,, que a idéia surgiu realmente com o avança Brasil que teve evidentemente, as correções necessárias já com as condições hoje para que seja implementado.

Então, vamos votar a favor, evidentemente, do PAC porque como desenvolvimentistas achamos que esse é o caminho que o Brasil tem que tocar. Apenas lamento que o PAC não tenha sido usado pelo Governo para diminuir os desníveis regionais nas suas aplicações e, muito pelo contrário, para agravá-los. Quero, com relação ao PAC, Ministra Dilma, no meu Estado, o Estado do Pará, pedir a V. Exa., ao Ministro Paulo Bernardo e ao Ministro Guido, que o Pará tem contribuído e muito para a nação brasileira. Então, no quadro que a Ministra colocou aqui do estudo de viabilidade técnica e econômica para aproveitamento hidrelétrico, de 25.0000 megawatts, 23 mil estão no Estado do Pará. 23 mil. Então, é importante que o Pará seja lembrado. E eu quero, então, dizer que as obras do PAC no Pará, são obras que se arrastaram há mais de 20 anos e colocar entre elas a Hidrovia [inaudível] Tapajós. É importante por que não é uma obra para o Pará, é uma obra de Integração Nacional que vem desde o Centro-Oeste até abrir para a exportação através do porto de Vila do Conde e nós temos lá um aproveitamento hidroelétrico, então podíamos e devemos trazer a questão da Hidrovia até porque economia de uso do transporte rodoviário e ferroviário nós temos e o Brasil tem que assumir definitivamente a bandeira do sistema... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para encerrar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concluindo. Eu só gostaria de só também como dúvida, Ministra Dilma, o plano decenal de energia elétrica do Ministério de Minas e Energia, ele prevê um aumento 4.4%, entre 2006 e 2015. V. Exa. disse que a relação entre PIB e de energia é de 1.2, 1.3. Crescendo a 5% ao ano, como prevê o PAC, nós precisaríamos de 6 a 6,5% de crescimento de energia. Como é que nós vamos conciliar as duas coisas? E se não houver energia para crescer os 5%, como é que o PAC vai ter resultado se a economia não crescer aos 5% que está previsto no PAC? Há aí uma questão que precisa ser resolvida. Ou cresce para ter energia para crescer ou se não crescer não tem energia. E por último, Ministra, com relação ao uso dos recursos do FGTS, tem 21.1 bilhões de patrimônio do FGTS já... [Corte de áudio] Outras questões que ficarão para uma segunda oportunidade como bem lembrou o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, concedo a palavra ao ilustre Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Presidente Senador Aloízio Mercadante, minha querida Ministra Dilma Roussef, meu caro Ministro Paulo Bernardo, Ministro Guido Mantega, primeiro uma satisfação muito grande de tê-los aqui, parabenizar pela exposição. O PAC é um programa muito bem estruturado, inegavelmente e eu não posso deixar de destacar as observações feitas pelo Ministro Mantega com relação aos números da macroeconomia, chamando atenção especificamente para o zeramento do déficit nominal até 2010, este é um dado muito importante e a desoneração tributária, estou vendo o nosso caro Rachid aqui, mas com o devido respeito ao nosso caro Rachid números importantes, 6 bilhões e depois fechando em 11 bilhões até o final de 2010. E desonerando o quê? Habitação. Desonerando informática, isso é absolutamente fundamental. É uma opção clara e importantíssima do Governo com relação a esses dois segmentos de importância crucial para o país. Não posso deixar de destacar também a exposição do Ministro Paulo Bernardo, primeiro tocando nos marcos regulatórios, fundamentais para o funcionamento do PAC, ou seja, segurança jurídica. Esse *fast track* aí, essa definição clara aí sobre o aspecto de responsabilidades ambientais, isso é muito importante também e nós vamos ter que nos defrontar com isso. A questão também, foi citada aí muito por alto, mas no meu ponto de vista, de fundamental importância, a Previdência Complementar e com contribuição definida, o que é muito importante isso também, é um fator fundamental para o futuro da previdência do país. E eu não posso também deixar de destacar a preocupação com as despesas correntes.

A preocupação do Governo em função desse Programa de Aceleração do Crescimento com as despesas correntes. Mas eu vou ter que abreviar e evidentemente registrar também, Ministra Dilma, o detalhamento extraordinário com que foi feito esse programa. E importante, o acompanhamento também, aquelas planilhas onde nós acompanhamos projeto a projeto, inclusive, com uma interação forte do

Governo para ver cumpridas essas metas. Isso é muito importante. Portanto, eu acho ele, o PAC um projeto muito bem constituído... [Corte de áudio] [soa a campainha] Muito bem estruturado e evidente, existem as questões regulatórias, ambientais, processo licitatório que o Ministro Paulo Bernardo citou aqui e essa gestão desse conjunto de ações que são verdadeiros desafios, além das votações aqui no Congresso, que são Projetos de Lei, Medidas Provisórias, mas eu acho que um programa absolutamente bem estruturado. Inegavelmente nós temos que fazer um esforço grande para que ele dê certo e tenha resultados. É importante destacar também, o PAC é diferente dos demais programas, foram citados outros programas aqui, entre eles o avança Brasil. O erro do avança Brasil foi não mexer na Legislação que é o que o programa, o PAC, está fazendo. Então, ele fica, ele se torna um conjunto de boas Idéias, mas ele não caminha porque não mexe nos ponto cruciais para viabilizar os projetos. Aí, para concluir, senhor Presidente, rapidamente, quinze segundos se V. Exa. me permitir, eu vi o Poliduto que já foi citado lá... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador, o senhor é vice Presidente da Comissão, eu concederei mais um minuto de tolerância.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, é só uma pergunta para a Ministra Dilma, nós já estamos discutindo, estudando o Poliduto que é fundamental e um velho sonho do nosso Estado. Mas eu acho que faltou a discussão da Ferrovia Novo oeste que vai ter um papel muito importante, principalmente com os investimentos privados que vão acabar finalizando a Ferrovia novo Oeste, escoando lá por Santos, muito provavelmente. E Ministra Dilma, V. Exa. que é uma *expert* em Energia e em gás natural, já que nós negociamos com a Bolívia as frações ricas do gás natural que vem do país vizinho, será que não vale a pena se discutir com a separadora de gás uma fábrica de fertilizantes e o futuro pólo gás-químico que agrega valor ao gás natural e é um velho sonho da Bolívia no sentido de agregar valor a aquilo que ela produz?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO: Agradeço ao ilustre Senador Delcídio, vice-Presidente da Comissão de Infra-estrutura pela manifestação. Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Srs. Ministros, Ministras, Srs. Presidentes, Senadores e Senadoras, é evidente que todos somos favoráveis ao plano, o plano é bem intencionado, é bem concebido. A dificuldade da crítica que eu vejo é como fazer o plano funcionar, veja que, quando a Ministra coloca a questão da inclusão digital para as escolas terem banda larga, nos já tivemos quatro anos, o governo acumulou cinco bilhões no FUST e não conseguiu gastar nenhum tostão desse dinheiro, na questão ligada a infra-estrutura de estradas, também aí eu tenho que, lamentavelmente contestar meu colega de estado, Wellington Salgado, eu não vejo tanta obra em Minas Gerais, pelo contrário, nós estamos carentes de obras, a Fernão Dias, ela está para ser concedida a iniciativa privada sobre regime de..., para manutenção, já a oito anos, eu sai do governo em 98, ela já estava praticamente pronta e o projeto de concessões continua parado, de maneira que a pergunta é específica

sobre concessões e parceria públicas privadas, passaram os quatro anos e nenhuma concessão foi feita, as estradas estão sendo deterioradas, sito a Fernão Dias, está no plano, mas a minha dúvida é: Está bem, está no plano, e aí, vai sair ou não vai sair?

Essa é a minha dificuldade em ver. Eu acho que V.Exa., como Ministra, como a "dama de ferro", vai ter que ser muito dura realmente, na cobrança, para que essas coisas, essas questões aconteçam. O mesmo posso dizer da duplicação da BR-040, que eu estou... Que liga o Rio, Belo Horizonte e Brasília. Desde que eu cheguei aqui eu tenho lutado, conseguido aprovar Emendas nesse sentido e a obra nunca que começa. Diz que agora vai começar. Mas não começou ainda. A duplicação da 262 está anunciada, já tem até faixa lá cumprimentando o Presidente Lula, mas eu não sei quando que ela começa. E aí a minha dúvida. Bom, então são esses dois pontos. E aí a questão da Angra III, Ministra, como um estado vizinho ao Rio, mas que interessa também a resposta de Angra III, não ficou muito claro, se o Governo vai ou não vai retomar as obras de Angra III. São essas três questões. E, ainda, com o Ministro Paulo Bernardo, apenas elogiar realmente a coragem de modificar a 8666. Essa é uma Lei que é importante para a transparência, mas que tem sim segurado os investimentos do Brasil. Então, é importante podermos fazê-la. Agora, tenho dúvidas com relação à volta da indexação. Aí a questão que eu até já coloquei no Banco Central, a indexação tem algum risco quando o Governo prevê aumentos automáticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do ilustre Senador Eduardo Azeredo. Ainda existem três Senadores inscritos. E os Ministros ainda terão que responder. Eu vou propor dois minutos a cada orador inscrito para que todos possam usar da palavra. Com a palavra, o ilustre Senador, Vice-Presidente deste Senado e deste Congresso, Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Srs. Presidentes, Marconi Perillo, Aluízio Mercadante, Srs. Ministros, cara Ministra Dilma, a minha observação diz respeito apenas ao cumprimento e a homenagem que faço ao Governo do Presidente Lula pela apresentação deste programa. Evidente que ele não é um programa de crescimento do país, é um programa ajustado com outros critérios. Não se compara ao plano de metas de Juscelino Kubitscheck, não se compara aos PNDs dos Governos militares, mas é um programa que atende não só as necessidades do Governo, mas à necessidade do Brasil neste momento, que é um investimento corajoso em infra-estrutura que faz o Governo do Presidente Lula e é tão bem dirigido em desenho, em estratégia pela Ministra Dilma.

De modo muito objetivo eu só observaria, e a Ministra foi clara em explicitar, a preocupação na implementação da Lei do Saneamento Básico, porque é uma área distinta deste país, que diz respeito à mortalidade infantil, à qualidade de vida, à vida urbana desse país e à vida rural. Então, é fundamental o acompanhamento e a implementação rápida da Lei do Saneamento Básico que nós votamos aqui e tivemos o apoio efetivo da Casa Civil. E, de outro modo, eu gostaria de lembrar uma preocupação que, embora tenha havido um distinto cuidado em desconcentração de

investimentos, como na área de energia, mas nós vamos ver alguns Estados isolados no meio desse investimento do PAC, perdendo, ainda, em termos de concentração de riqueza. O centro-sul vai sim concentrar riqueza na resultante final e é natural pela capacidade instalada que tem, mas sei da preocupação que terá o Governo de atender às políticas compensatórias do financiamento público que dizem respeito a esses Estados. A BR-364, por exemplo, muitas são triplicadas, quadruplicadas, ela começou em 1958, em Juscelino Kubitscheck, e até hoje ela não foi concluída. Centenas de quilômetros estão em barro ainda e o Presidente Lula atendeu, como nenhum Governo, a atenção de financiamento para aquela rodovia que integra definitivamente o Brasil, no seu sentido rodoviário.

Então, eu tenho certeza de que o Governo está atento e saberá corresponder. A minha preocupação básica, peço 15 segundos a V.Exa., Presidente, é que foi debatido recentemente o chamado PAC da Educação. A área social jamais pode ser esquecida num Governo como o do Presidente Lula. Eu só lembraria que a área de Saúde precisa do seu PAC e o PAC, na área de Saúde, é a aprovação da Lei Complementar, Emenda 29 que, de imediato, levaria um aumento de investimento de 10 bilhões. Infelizmente, por pressões menores de estados e municípios, o Governo não conseguiu, ao longo desses anos, aprovar a lei complementar, a Emenda 29 que aumenta em 10 bilhões, de imediato, o financiamento porque políticos deixarão de comprar arroz para dizer que é Saúde e deixarão de pagar aposentadoria de soldado para dizer que estão gastando com Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do ilustre Senador Tião Viana e concedo a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu estava, Sr. Presidente, aqui preocupado se para mim sobraria apenas o tempo de dar boa tarde. Mas, Sr. Presidente, senhores Ministros, senhora Ministra, demais Senadores, eu acho que o plano, eu me incluo entre os Senadores que reconhecem a importância do plano, que poderia ser resumido em colocar o crescimento do país na agenda e na pauta da discussão, não só do Congresso, mas do Brasil como um todo. E a necessidade de se criarem condições favoráveis para que esse plano venha a ser executado. Sem dúvida nenhuma, clama-se pelas reformas que, algumas incluídas no plano, como no caso da tributária, a previdenciária, a trabalhista, serão fundamentais para que esse plano possa ser implementado a contento da demanda da necessidade que o país reclama, há tanto tempo. Mas não posso deixar de registrar a minha preocupação—

[Soa a campainha].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a questão do pacto federativo, até porque, na desoneração, que é necessária, parte dessa carga, porque não dizer, toda, só será bancada pelos Estados e pelos Municípios já que não há desoneração do custo não compartilhado e, conseqüentemente, que fica só acrescido ao Governo. Também gostaria

de fazer um alerta, uma reflexão, Senador Raupp, sobre a questão do salário-mínimo. Porque se essa regra viesse vigorando desde 2003, o salário-mínimo hoje seria de 304 reais. Será que o trabalhador, o Governo e nós achamos que não se faz necessário mantermos um nível do ganho real do salário-mínimo?

E, por fim, Sr. Presidente, até porque já nos foi informado que teremos uma outra oportunidade para debater, eu gostaria de ir ao meu Estado. Está previsto, Ministra, na Paraíba, a questão da BR-230, apenas 40 quilômetros de um total de 500 quilômetros que tem a BR, bem como o atendimento de ferrovia não está previsto na Paraíba; de porto, nem falar; geração de energia específica na Paraíba, nem alternativas, também não foram citados; o biocombustível, que foi tão prometido na campanha, também não está contemplado. Eu só não chamo o aeroporto de rodoviária porque o português não permite, mas o que está sendo feito na Paraíba, em termos de aeroporto, na verdade, está muito mais para rodoviária. E aí, me permita dizer que, há muito tempo, como cidadão, como Ex-Governador, Vice-Governador, Ministro e Prefeito da capital do nosso estado eu procurava, na literatura, onde estava escrito que a Paraíba teria que continuar pobre. E, infelizmente—

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Cícero Lucena e passo a palavra à última oradora inscrita, Senadora Marisa Serrano.

[interrupção no áudio].

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar os Ministros e agradecer a presença nessa Casa e fazer duas perguntas pontuais. Queria que a Ministra Dilma pudesse explicar um pouquinho que, no total previsto nos investimentos de infra-estrutura para o Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso do Sul, na área de transporte, tem apenas uma única obra prevista, que é a ponte da BR-158, ligando Mato Grosso do Sul a São Paulo e que já consta do Orçamento Geral da União para este ano. Levando-se em consideração o previsto para investimento no âmbito nacional, nos 28,4 bilhões, quanto poderia ser investido ou se está previsto investimento da parte nacional também em Mato Grosso do Sul? Porque esse é um questionamento que nos fizeram lá e que a gente não tem como responder—

[soa a campainha].

Porque não está constando do plano. Não nos esquecendo que Mato Grosso do Sul está à mercê de São Pedro que teve a maior safra colheita de soja da nossa história. é um dos maiores produtores de gado do país, está se industrializando e precisa de apoio não só na área rodoviária, na ferroviária, na hidroviária, com dois grandes rios que nós temos, o Paraguai e o Paraná, além de nós não termos sido contemplados como todas as capitais do Centro-Oeste foram com nenhuma melhoria nos nossos aeroportos. E queria perguntar ao querido amigo Ministro Paulo Bernardo, falaram aqui na questão do PAC da Educação. Isso foi

mencionado aqui hoje. E se isso foi mencionado, nos 08 bilhões que estão previstos serem gastos nos próximos 04 anos. Eu queria colocar--

[interrupção no áudio].

Para a educação, se o PAC na área de infra-estrutura coloca 500 bilhões de reais, e para um PAC que é importante que, sem ela, não há crescimento e desenvolvimento no país, apenas 08 bilhões na Educação, como sendo um grande avanço nessa área. Nós esperávamos mais. Eu espero mais porque, para nós, é fundamental que isso possa acontecer. Se isso há a possibilidade de nós acrescentarmos mais para investir mais na Educação porque 08 bilhões realmente são irrisórios para as necessidades do nosso setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão da Senadora Marisa, nós teremos--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu só gostaria de concluir o meu despacho, senhor Senador. Nós teremos apenas 15 minutos para as respostas dos ilustres expositores. Com a palavra, pela ordem, o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu apenas... O “Pai Nosso” foi feito em minuto... Eu queria lembrar porque, para onde a gente vai, leva a sua formação profissional. Eu sou um médico cirurgião. Às vezes dá certo, Juscelino era. Mas, ou a gente termina a operação ou a gente morre. Então, no Piauí tem 10 obras inacabadas, do Governo Federal: Porto de Luís Correia; Estrada de Ferro Central Teresina-Parnaíba-Luís Correia; os platôs foram citados; Universidade do Delta; Hospital Universitário; Pronto-Socorro Municipal de Teresina, falta só um convênio; Ponte do Sesquicentenário, essa é ridícula. Foi para comemorar 150 anos; Teresina vai fazer 155 anos. Eu fiz uma ponte, no mesmo rio, em 87 dias. Heráclito Fortes fez em 90 dias. Transcerrado para alimentar—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Atenção às horas, Senhor Senador--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eclusa da Represa de Boa Esperança e Porto Luzilândia, essa era a solicitação do Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, nós temos apenas 15 minutos para as respostas dos ilustres expositores. Concedo, com prazer, a palavra à ilustre Ministra Dilma Rousseff.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Continuando as respostas da primeira, a Usina de Paracambi é uma usina termelétrica, não é, Senador? E ela faz parte das chamadas usinas prioritárias do PPP do Governo anterior. Ela agora se habilitou no leilão de maio. Ela tem licença de instalação e ela está negociando um contrato de fornecimento de gás com a Petrobrás. Então, a expectativa é que se a negociação for bem sucedida, que ela entre no leilão de maio, porque ela está inscrita. No que se refere à questão da reposição dos ativos, é importante, que eu não falei na

minha exposição, destacar que aqueles investimentos considerados nacionais, basicamente no que se refere a rodovia, serão investidos em torno de 12,9 bilhões em... Divididos mais ou menos no seguinte: Conservação de 52 mil quilômetros, 1,7 bilhão; manutenção e recuperação, 08 bilhões e abrange também estudos e projetos, nós estamos destinando 01 bilhão para estudos e projetos; controle de peso, 666 milhões; sistema de segurança em rodovias 1,1 bilhão; sinalização nos 52 mil quilômetros, 470 bilhões; então, no que se refere à reposição, que foi levantado, se não me engano, Senador Eliseu Resende, eu acredito que dentro, obviamente, do espaço fiscal existente, nós estamos fazendo os investimentos necessários. Somado ao fato que, para a dragagem de portos, especificamente, está sendo destinado 1,1 bilhão, além desses referidos. Totalizando, entre rodovias e portos 14 bilhões. No que se refere à questão do aspecto ambiental do PAC, eu queria destacar que a União Européia lança, com pompa e circunstancia, um dos programas que externa e manifesta e realiza o seu compromisso com a questão do aquecimento global, um programa de biocombustíveis.

Ora, o PAC, ele dá seqüência a essa questão, ele tem muito mais expressão nesse sentido, uma vez que a política de biocombustível do Governo, no que se refere tanto a etanol, no caso de infra-estrutura, que são os alcooldutos, quanto ao que se refere também à expansão dos investimentos, inclusive, alguns em parcerias com a Petrobrás na área de etanol são muito expressivas. Mas eu queria destacar, sobretudo, na área de biodiesel. Biodiesel e H-Bio. Talvez, o programa, um dos programas mais avançados do país estejam concentrados nessa área. Então, do ponto de vista de medidas efetivas, o PAC, no que se refere, sendo só um programa de investimento, de infra-estrutura logística, energética, social e urbana, ele tem um forte compromisso com o meio ambiente, na medida em que ele introduz na matriz energética de combustíveis do país, o biodiesel que, até antes de 2003, não existia no país. Que, no dia primeiro de janeiro de 2008, será responsável por 2% da mistura com o diesel. Então, eu acredito que esse aspecto seja muito forte. No que se refere ao alcoolduto, nós não tínhamos projetos de um alcoolduto pronto. Então, a Petrobrás está fazendo o Projeto Senador Canedo até, passando por Minas até São Paulo e o poliduto, especificamente, também não existia enquanto projeto. Existia enquanto sugestão. Não ter projeto é isto, tem de parar e fazer projeto.

Então, parar e fazer projeto do alcoolduto, está contemplado no PAC, principalmente no que se refere ao poliduto, que ligaria toda a região do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, passando pelo Paraná até o Porto de Paranaguá. No que se refere às eclusas porque não está contemplado na hidroelétrica de Estreito porque a lei impede que isso ocorra. Quando foi enviado para o Congresso a Medida Provisória que resultou no Projeto de Conversão 10.848, nós colocamos a possibilidade de incluir na tarifa de energia projetos estruturantes. E nós não conseguimos passar isso, nós, o Governo perdeu esse artigo. Então, hoje é proibido, por lei, colocar na tarifa de energia algo que não esteja relacionado diretamente com a energia e eclusa, infelizmente, é considerado como não estando diretamente relacionado. E isto, então,

para ser alterado, no que se refere às usinas, tem de modificar a legislação. No que se refere ao Governo, nós temos recursos restritos, ou seja, nós temos um determinado espaço fiscal, então, o projeto que estava moralizado era eclusa de Tucuruí, por isso que ela foi incluída. Eu concordo com a Senadora que as demais, principalmente algumas que ela se referiu, no caso, tanto Lajeado quanto—

[interrupção no áudio].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Teria condição de ser--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Ministra.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Para concluir, eu queria só destacar a questão da Infovia, o Governo enviará, estará divulgando um programa de infovias e de banda larga nas escolas, nesses próximos dias. E ele não fez essa divulgação anteriormente, durante o PAC, porque algumas das condições não estavam maduras porque nós estávamos num processo negocial que ainda não se concluiu e que, portanto, assim que for concluído será divulgado. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação da ilustre Ministra Dilma Rousseff, lembrando que o Projeto do alcoolduto também é parceria com o Governo de Goiás--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu queria só uma única resposta para a Lúcia Vânia, para a Senadora de Goiás, no que se refere à saída Leste. Nós achamos que a Saída Leste, em parte está contemplada, foi você, não é? Em parte está contemplada no PAC, no que se refere ao contorno de Belo Horizonte e a questão da Serra do Tigre. Mas isto faz parte de uma negociação com a Companhia Vale do Rio Doce de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato porque é responsabilidade, é área que tem problema de concessão. Então, isso também está em negociação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, Senador Garibaldi e Senador Delcídio. Lembrando que o nosso tempo está praticamente esgotado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu queria me permitir lembrar à Ministra a minha pergunta a respeito das obras da transposição de bacias. Eu...

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Ah, o eixo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O eixo. Eu perguntei à Ministra se haveria condições da implantação das duas etapas.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu reitero aqui para o senhor que nós faremos as duas etapas--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, propriamente pela ordem, tem algumas perguntas que não foram respondidas, mas é impossível a Ministra responder. Foram 20 perguntas, 21, ela respondeu em 05, 06 minutos. Ou nós damos mais tempo e prorrogamos mais a Sessão ou eu não vejo como vai ser respondido, tanto por ela, como pelos dois Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de propor, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, gostaria de propor, concordando com V.Exa., a realização de uma segunda Sessão, onde nós possamos continuar o debate a respeito do Programa de Aceleração do Crescimento. Eu informo que, aqui do lado, já estão todas as autoridades da Marinha, já aguardando, há meia hora, para o início da Sessão Especial que vai debater o PROANTAR. Eu concedo a palavra ao Senador Delcídio, que solicita pela ordem.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, somente com relação à separadora de gás, na divisa da Bolívia com o Brasil, porque são projetos muito importantes, não só para a Bolívia, mas também para o Brasil e para Mato Grosso do Sul, quanto à produção de fertilizantes e também a produção de... A implantação de um futuro pólo gás químico binacional. Agora, a resposta com relação ao poliduto, se o Ministro Paulo Bernardo confirmar o poliduto que passa por Mato Grosso do Sul, entra por Paraná, Ministra e vai até Paranaguá... Nós desejamos muito esse projeto e insistimos bastante, Ministra, com relação a essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ok, com a palavra o ilustre Ministro Guido Mantega.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado, Senador. Inicialmente, queria comentar algumas posições de ceticismo que foram colocadas aqui, particularmente pelo Senador José Agripino, eu imagino que o ceticismo dele é compreensível, em função de outros planos apresentados em outras épocas, que não tiveram sucesso. Mas eu queria dizer que esse programa econômico, ele vai ter sucesso, não só porque a economia brasileira já está crescendo mais e, portanto, vai ser um estímulo maior para esta economia, já está na rota do crescimento, além do que nós estamos colocando pelo menos meio por cento a mais do PIB em recursos para investimentos já colocados, já estão no orçamento, liberados, não podem ser contingenciados e, portanto, alguns dos projetos já estão sendo executados. Então, é palpável. A desoneração tributária já foi feita também, já consta de medidas provisórias e leis que já estão feitas, já estão realizadas. Então o programa, em parte, já está em curso. Existem outras partes que têm que ser aprovadas aqui no Congresso, tenho certeza que os senhores o farão. Então, não tenho dúvida quanto à eficiência do plano. Então, não pode se dizer que é um enunciado de intenções, vai muito além das intenções. A Ministra Dilma mostrou a consistência dos programas, dos projetos, a forma como foram escolhidos,

avaliados e estão sendo agora implementados e fiscalizados. Então, é um modelo de gestão novo que está sendo utilizado. Então, os programas serão implementados e já estão sendo implementados.

Quanto à questão da taxa de juros, que foi colocada por vários Senadores, eu queria dizer o seguinte: Primeiro, o Senador Crivella falou--

[soa a campainha].

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Que quatro anos de juros, os juros que foram apresentados em quatro anos, eles são elevados. Eu concordo. Eu frisei que aqueles juros daquela tabela que eu mostrei, é uma previsão do mercado, que é conservadora. Nós poderemos ir para juros menores. Eu tenho dito que, ao cabo dos próximos anos, nós deveremos ter um juro real, no Brasil, de 5%. Igual a outros países emergentes. Isso é perfeitamente factível e, mais do que isso, quero dizer que já estamos neste caminho porque a maioria das taxas de juros da economia brasileira já foram reduzidas. Nós estamos acostumados a olhar só para a TR, perdão, só para a Selic, mas a Selic não é a única taxa. Vejam as taxas para financiamento habitacional, vejam para a Agricultura, financiamento para automóveis, crédito consignado, muitos instrumentos foram utilizados, mercado de capitais que barateia, então—

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, senhor Ministro.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu acredito que nós poderemos continuar nessa trajetória, acho que os juros selic ainda estão elevados, têm que ser reduzidos. Nós estamos naquela direção e o Banco Central tem que cumprir sim a meta de 4,5, centro da meta é 4,5 e não é outro e isso será determinado ao Banco Central e ele vai perseguir esta meta, de modo que isto possibilite um crescimento econômico. Infelizmente--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu queria lembrar ao Ministro a pergunta da importância das Reformas para o PAC, frente ao PAC.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: As reformas são de fundamental importância, aliás, já fizemos dezenas de reformas neste período, praticamente todos os setores, setor financeiro, setor de agricultura, várias Leis foram modificadas. Temos um desafio, ou dois grandes desafios pela frente: Reforma tributária, e eu já antecipo aqui que não vai se tocar na questão do pacto federativo, o pacto federativo será respeitado—

[soa a campainha].

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nenhuma região vai perder. O Governo Federal garante. é um jogo de ganha-ganha em relação à reforma tributária. E a reforma previdenciária poderá ser feita também a partir da deliberação do fórum que está sendo já implantado, está trabalhando, e eu acredito que deverá desembocar numa proposta desta natureza. Então, nós queremos fazer reformas sim, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do Ministro Guido Mantega, certamente teremos outros debates para aprofundarmos essas idéias, essas questões. Concedo, por último, a palavra ao ilustre Ministro Paulo Bernardo.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Obrigado, Sr. Presidente. Vários Senadores e Senadoras—

[soa a campainha].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Discorreram, com pontos de vista diversos, sobre a questão fiscal. Portanto, eu queria, novamente, falar o que preocupa o Governo e o que nos moveu na definição desses pontos. Só para citar, o Senador Crivella taxou de concessão neoliberal à medida que nós fizemos, com o objetivo de controle das despesas de pessoal. O Senador Eduardo Azeredo manifestou preocupação com a volta da indexação. O Senador Valter Pereira, o Senador Arthur Virgílio consideraram tímidas as medidas. Com certeza, mostra que esse debate vai ser um debate importante. O Senador Lucena acha que o reajuste que está previsto, de acordo com o crescimento do PIB, para o salário-mínimo, é pouco, é insuficiente. Então, eu queria dizer o seguinte, o que nós temos de preocupação com essa questão—

[interrupção no áudio].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Permitir que as despesas correntes do Governo sigam crescendo mais do que o PIB. Quer dizer, colocar como parâmetro para crescimento das nossas despesas correntes o crescimento da economia. Parece-me que é um critério razoável, um critério justo. Quando o Senador Crivella fala que nós precisamos pagar bem, eu diria que nós precisamos pagar de maneira justa. O servidor tem que receber uma remuneração justa. Nós fizemos uma série de reestruturações de carreira, de medidas nessa área e achamos que é perfeitamente possível, viável, importante, necessário, fazer um teto para o crescimento das despesas. A questão do salário-mínimo, Senador Cícero Lucena, nós fizemos um acordo, onde as Centrais Sindicais concordaram em ter um parâmetro para o crescimento do salário-mínimo, que nós consideramos sustentável, mas, em compensação, eles vão ter uma lei que garante, no longo prazo, condições para reposição do poder de compra do salário-mínimo. Então, eu queria dizer--

[interrupção no áudio].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: A nossa visão--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, ilustre Ministro, para concluir.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: A nossa visão é a seguinte: Se essas medidas não forem aprovadas, nós deveremos ter alguma dificuldade, vamos enfrentar, com certeza, um pouco mais de dureza na área fiscal, mas nós temos condição, assim mesmo, de fazer algumas adequações e executar o PAC, tocar o nosso programa. O que nós estamos discutindo com essas medidas é como deixar um legado de maior previsibilidade, de maior estabilidade, uma coisa com um viés mais de

longo prazo, que vai servir para os próximos Governos, para dar para o país condição de prever o seu ambiente de negócio para os próximos 10, 12, 15 anos. Acho que é disso que se trata. Quer dizer, além de fazer o PAC que, com certeza, vai dar um grande impulso nesses 04 anos, também deixar condições de melhoria do ambiente regulatório, o ambiente de negócios, as condições fiscais do Brasil para os próximos Governos, para o próximo—

[interrupção no áudio].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em meu nome--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu sei que o Ministro da Marinha está lá junto ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Olha, o senhor Presidente do Senado já está--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, muito bem, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas quero também informar que São Francisco está à espera de, pelo menos, uma palavra já que, pelo menos, 03 Senadores formularam perguntas e, quem sabe possa a Ministra Dilma sintetizar o espírito das respostas numa brevíssima palavra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador, os Ministros irão responder por escrito ou na segunda oportunidade que as Comissões proporcionarão a esta Casa. Eu quero agradecer, em meu nome próprio, em nome do ilustre Senador Aloizio Mercadante, em nome das Comissões de Infra-estrutura e de Assuntos Econômicos do Senado Federal, agradecer ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, por ceder esse espaço. Agradecer a todos os Senadores e Senadoras pela compreensão e, por último, agradecer aos ilustres Ministros, Dilma Rousseff, da Casa Civil; Guido Mantega, da Fazenda e Paulo Bernardo, do Planejamento, por terem aceitado os convites das duas Comissões para estarem aqui, durante mais de quatro horas, debatendo este assunto de alta relevância para o Brasil. Nós agradecemos e, com isto, estamos certos de que estamos cumprindo com as nossas missões à frente daquelas duas Comissões. Muito obrigado a todos. Está encerrada esta Sessão conjunta e convocamos outra para a próxima Sessão.

Sessão encerrada.às14h35.